

TRÊS QUATRO

Obras na Fabico: o lento caminho da integração

Página 2

Jornal Laboratório Comunicação UFRGS maio de 1988



QPE DESORGANIZA O ENSINO NO ESTADO

Página 3

EDITORIAL

SAPATEANDO NO MOSAICO

E não se diga que este 3x4 não tem um bom modelo. O que ele não tem é personalidade. Assim como prestigiados órgãos da Grande Imprensa, este jornal tenta ser um grande mosaico — que não faz a cabeça do leitor.

Apesar das (in)experiências de semestres anteriores, a falta de uma identidade e de unidade entre as matérias é um problema crônico, encarado como uma espécie de fatalismo.

As explicações (já que é sempre preciso apontá-las): talvez o curso em si, talvez o fato de estarmos chegando ao fim dele — leia-se falta de motivação, saco cheio, descrença na possibilidade de que este lugar, esta cadeira, estas atividades possam significar algo realmente válido. Ninguém mais acredita na Fabico como um laboratório de criatividade, ousadia, vãos livres.

Um voo raso é o que acabamos oferecendo ao nosso leitor. O sujeito sai da Fabico em reformas e passa por escolas interditadas. Enfrenta a batalha da URP, do déficit, da jornada de trabalho... Apesar do drama habi-

tacional, nada de morrer na praia — sobretudo a velha praia do Guaíba com o controverso projeto da prefeitura. Talvez a solução seja mesmo separar, do país, do mundo, do planeta. O planeta dos macacos que se espremem nos ônibus do corredor da Bento, num país que ninguém segura — hermanos do Prata, tremei! Aí vai o Brasil. Esse Brasil fracassado, mal-amado, precisando de umas sessões de psicanálise.

Mas melhor que divã de analista é picadeiro de circo — nariz de palhaço (e de cera) a gente já tem há muito tempo. Há meio século.

A idade desse velho que já pode virar acervo de museu; um super-homem impotente pra nos salvar da misericórdia. Mas e os superpoderes bregas de Sérgio Abraão. Talvez ele nos redima desta grande bobagem.

A verdade é que, no fim das contas, este editorial acabou provando exatamente o contrário do que pretendíamos argumentar: apesar da descrença ainda conseguimos ser (tragicamente) criativos e (covardemente) ousados.

UNIVERSIDADE

Reformas ampliam prédio da FABICO

Iniciadas em 1987, com as reformas no quarto e quinto andares, as lentas obras do prédio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação estão em sua fase final de conclusão — com uma série de alterações no térreo que visam não só a ampliação da área útil da Faculdade como também a promoção de uma maior integração entre os alunos.

Segundo Lourdes Gregol, Diretora da FABICO, o prédio terá um acréscimo de 1.100 m² em sua área original constituída basicamente por locais de estudo: serão construídas oito salas de aula, destinadas tanto à Biblioteconomia quanto à Comunicação, quatro gabinetes para orientação de projetos, e uma sala para funcionamento da biblioteca-escola, que servirá como laboratório de estágio para os estudantes de biblioteconomia de 8º semestre, bem como atividade complementar para alunos de comunicação interessados em projetos comunitários.

No bojo das reformas, uma

antiga necessidade: o auditório. Com capacidade para 157 lugares, o auditório será utilizado para a realização de palestras, seminários e eventos diversos, como as formaturas dos alunos da FABICO.

Para a diretora, no entanto, o fato mais importante da reforma é a integração entre os alunos da Faculdade. Como a maioria das aulas será dada nas salas do térreo, é inevitável que os alunos se encontrem, ou pelo menos, vejam-se, o que não aconteceu durante muito tempo, conforme atesta Edgar Gonçalves Júnior, formando de jornalismo: "Tem gente aqui que eu nunca vi antes, tanto da Comunicação quanto da Biblio. A gente pensa que é tudo "bixo" e na verdade é um pessoal que já está na metade do curso..."

Outro fator que vem beneficiar os alunos é a transferência do Diretório Acadêmico da Biblioteconomia e Comunicação do terceiro andar para o térreo, próximo ao bar (que será remodelado e contará com ventilação) e a um jardim

coberto em que se transformará a atual entrada da FABICO, que será voltada para a Ramiro Barcelos. "Durante muito tempo o FABICO ficou desativado não só pela desmobilização estudantil mas também pela falta de um local adequado para o seu funcionamento", lembra Denise Paulsen, atual presidente do Diretório.

Com relação ao jardim coberto, é importante salientar que as árvores não serão retiradas e nem sofrerão problemas de ventilação, já que o muro a ser finalizado contará com apenas um metro e meio de altura, sendo o restante completado com tijolos vazados semelhantes aos dos andares superiores. Como o objetivo maior do jardim é o de se constituir em uma área de lazer e integração, a diretoria vai solicitar ao bar para que sejam colocadas mesinhas e cadeiras no local.

Outra obra a ser realizada no térreo é a construção de banheiros amplos, a fim de evitar o "sobe e desce" tradicional de quem se encontra no térreo e é obrigado a subir ao 3º ou ao 4º andar para encontrar um banheiro. A construção dos banheiros visa também poupar os elevadores de um uso excessivo, uma vez que sua posterior troca não é garantida pela Reitoria.

Para o segundo semestre deste ano, concluídas as obras do térreo, será iniciada a construção do estúdio de rádio na sala antes ocupada pelos livros do carrossel, no 3º andar, onde ficarão localizados todos os laboratórios e estúdios de Comunicação. Quando tudo estiver finalizado, serão conhecidos os custos totais de todas as obras realizadas no prédio desde 1987.

Lauro Rutkowski



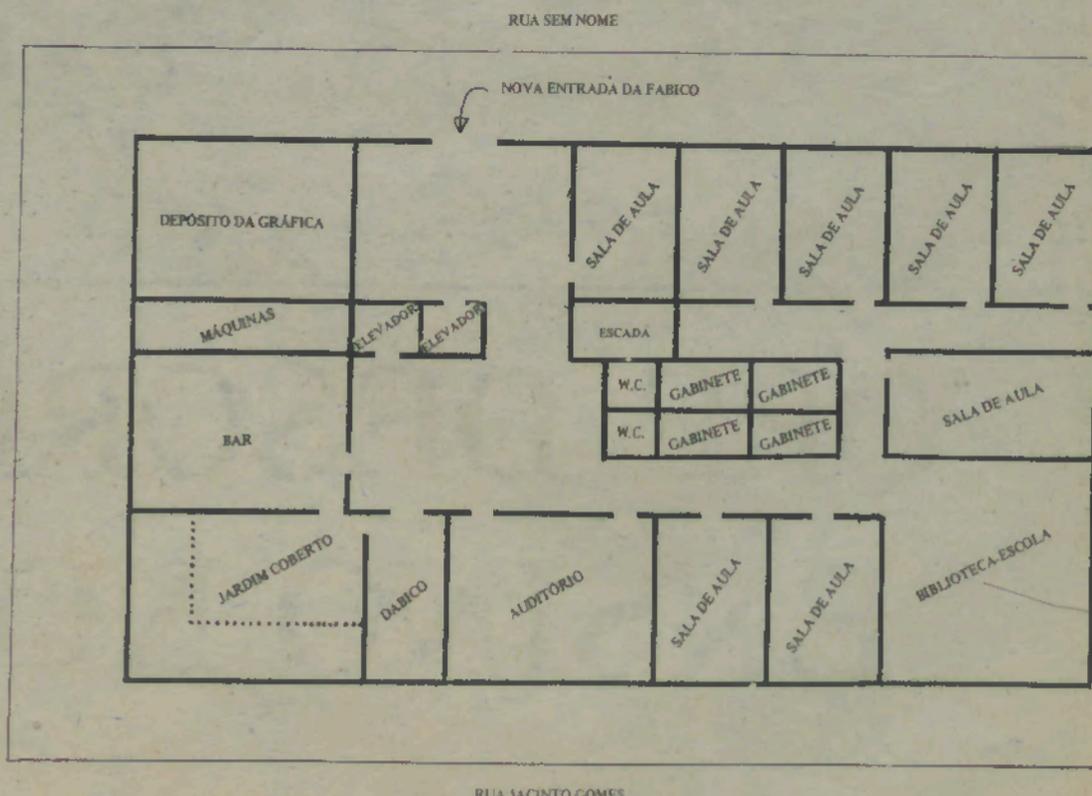
EXPEDIENTE

Jornal-laboratório dos alunos de sétimo semestre do curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Primeira edição do primeiro semestre de 1988, elaborada pela turma da disciplina de Produção e Difusão em Jornalismo Gráfico, sob a coordenação dos professores Pedro Maciel e Rubens Weyne.

Participaram desta edição: Anajara Carbonell Closs, Cláudia Buchweitz, Cléber Fernando Grabauska, Edgar Gonçalves Júnior, Eduardo Ferreira Veras, Elisa Kopplin, Gisele Scalco Sutil, Homero Bellini Júnior, Jorge Luís Machado Ghiorzi, José Carlos de Azevedo, Lauro Leandro Rutkowski, Lourdes Midori Hirata, Luciene Barbiero Vieira Machado, Luiz Carlos Domingues, Luís Carlos Severo da Silva, Marcos Matte, Milene Kraemer Leal, Rejane Beatriz de Oliveira, Renato Duarte Mendonça, Ricardo Rodolfo Bueno, Rosemeri Guedes Bisch, Sabrina Takeda, Sandra Simon, Víctor Lourenço Júnior.

Chefe do Departamento de Comunicação: Ricardo Schneider da Silva. Diretora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Lourdes Gregol Fagundes da Silva.

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Rua Jacinto Gomes, 540, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Composição ao fotolito, Gráfica Fundação da Produtividade. Fones 22-7756 e 22-6312.



ESCOLA

Ano inicia com menos salas

O início do ano letivo na rede de ensino público foi marcado por desentendimentos entre professores, pais, Governo do município de Porto Alegre e do Estado. Esta crise foi desencadeada logo no primeiro mês de 88, quando Alceu Collares começou a vistoriar os prédios escolares estaduais a fim de serem avaliadas as suas condições de segurança. No dia 4 de fevereiro, a Prefeitura de Porto Alegre, através de um laudo técnico de 90 escolas vistoriadas, formalizou, junto ao Governo do Estado, a sua intenção de interditar os prédios que acusassem falta de segurança para os alunos e professores.

Destas 90 primeiras escolas vistoriadas, de um total de 274 existentes no município, 72 foram interditadas por Collares. Ao final do trabalho, a Prefeitura relacionou 126 escolas necessitadas de reformas, sendo que 27 foram demolidas para a construção de novos pavilhões. No dia 14 de março, primeiro do calendário escolar público estadual, muitos prédios ainda estavam em obras, e, para agravar ainda mais a situação do estudante, havia sido implantado o Quadro de Professor por Escola (QPE) pelo Secretário da Educação Bernardo de Souza. Pela primeira vez, o início do ano letivo trazia dois grandes problemas para os alunos: falta de professores e de salas de aula.

O diretor de obras da Secretaria de Desenvolvimento e Obras do Estado (SDO), arquiteto Lufs Carlos Machi, mesmo contrariado, teve que executar todos os reparos. Para ele, "reformular os prédios é um absurdo. O que inter-



ZERO HORA

ressa é construir novas escolas e não "meia-salas". Não gosto de gastar dinheiro em casas velhas. A interdição foi política da Prefeitura". Lufs Carlos Machi explica esta última afirmação através do projeto "Nova Escola", lançado pelo Governo do RS em novembro de 87, que deverá entregar 70 prédios até o final deste ano. "O projeto deve ter abalado um pouco a Prefeitura, por-

que ela levou 4 anos para construir apenas 4 prédios escolares e o Governo Simon, de novembro para cá, já está entregando 25 prédios", diz o arquiteto.

Há muitos anos, no entanto, o Centro de Professores do Estado do RS (CPERS) vinha denunciando a precariedade dos prédios escolares e a insegurança para os alunos e professores. "No momento em que a Prefeitura tornou

obrigatório para o Estado a reconstrução e a conservação das escolas, o CPERS acha que ele está prestando um serviço para a educação no Rio Grande do Sul. Dizer que aquilo que o prefeito fez foi uma jogada política é negar o essencial de sua atitude que é fazer com que o Estado cumpra com os seus deveres", afirma Ênio Mânica, primeiro tesoureiro do CPERS.

A Associação dos Círculos de Pais e Mestres do RS também esteve posicionada no sentido de que se deveria tomar uma medida forte em relação aos prédios das escolas públicas estaduais. Desde a sua fundação em 84, ela vinha alertando as autoridades dos problemas referentes à rede de ensino. O presidente da ACPM, o advogado Jocelim Azambuja, lembra que em 84 houve uma audiência da Associação com o então governador do RS, Jaír Soares, quando foi denunciada a precariedade das escolas. Ainda neste Governo, foi firmado um acordo em cima do projeto "Nenhuma Criança Sem Escola", com a participação da ACPM, Município e Estado. O advogado conta que "foi feito, então, um levantamento daquelas escolas que despertavam maiores riscos e elaborado um projeto para a construção de novas escolas". Com a entrada de Pedro Simon no Governo, todos os contratos já licitados das construções das escolas foram suspensos, assim permaneceram até o final de 87. "Se existe interesse político da parte de Collares nas interdições, como diz o Governo do Estado, não nos interessa. A ACPM se interessa apenas pela ação correta dos governantes. Todos são cobrados. A meta da Associação é tornar a educação o primeiro item de investimento dos governos. Nesta briga da Prefeitura com o Governo, se é que houve, quem saiu ganhando fomos nós", ressalta Jocelim Azambuja.

Sabrina Takoda

Professores rejeitam QPE da SEC

No dia nove de dezembro de 1987 o Secretário de Educação Bernardo de Souza assinou a Portaria 23733/87, através da qual os membros do magistério detentores de cargo de provimento efetivo poderiam, até o dia 30 do mesmo mês, fazer a recepção em sua área de atuação (1, 2, 3), alterar sua área de estudos (5: a 8: série), ou alterar disciplina e obter transferência para outro cargo. Esta oportunidade (como foi denominada pela Secretaria de Educação) era oferecida ao magistério tendo em vista a implantação do Quadro por Escola (QPE).

Ao mesmo tempo em que esta portaria era assinada, desenvolviam-se os trabalhos da Comissão Paritária, formada após a greve dos professores em 87, por integrantes da SEC, (Secretaria de Educação e Cultura) e do CPERS. A Comissão discutia soluções para as deficiências das escolas públicas, e optava pela implantação do QPE.

O documento formulado pela Comissão e que foi entregue a Bernardo de Souza no dia 28 de dezembro não era considerado definitivo pelos professores, que insistiam em fazer nova consulta à categoria antes da assinatura da minuta de portaria que regulamentaria a implantação da mesma.

O Secretário de Educação não entendia o comportamento do CPERS, pois alegava que o trabalho da Comissão fora representativo o suficiente, com a participação de três professores por escola. Mesmo concordando em esperar até o dia oito de janeiro de 88 para assinar a minuta, o secretário frisou que sua maior preocupação era a de que o ano letivo se iniciasse sem carência de professores e funcionários nas áreas essenciais, como secretaria, biblioteca e merenda.

No dia oito de janeiro o CPERS se reuniu em Assembleia Geral para discussão da Portaria, e entregou à Secretaria de Educação a proposta de um

Cronograma de Implantação do QPE. De acordo com esse cronograma, a fase final de implantação do QPE se daria em março de 1989.

O que aconteceu depois disso ninguém sabe ao certo. Sem chegar a um consenso, o Secretário de Educação resolveu seguir o caminho que já vinha preparando desde a portaria da Reopção. Convocando o magistério para se apresentar nas escolas uma semana antes do dia 14 de março, data prevista para o início das aulas, Bernardo de Souza tentou, com inspiração divina, organizar o caos em uma semana.

O CPERS por sua vez, mesmo ciente da falta de consenso e da posição da Secretaria de Educação, omitiu-se até o momento da convocação para o início das aulas, quando a categoria recebeu com aparente surpresa a notícia da implantação do QPE em março.

REIVINDICAÇÃO ANTIGA

Segundo João Carlos Alves Rodrigues, Primeiro Secretário do CPERS, o problema não é o QPE; este é uma reivindicação antiga dos professores, que vem desde a greve de 1980 e foi incorporada ao Acordo daquele ano, depois foi ampliada no acordo de 85 e mantida em 87. A maior divergência, de acordo com o Secretário, é a forma de implantação do QPE. "Do jeito como está sendo feito, o QPE não passa de remanejamento. O processo de implantação deveria ser lento e muito delicado. Quer fazer tudo em poucos dias é loucura", desabafa o Primeiro Secretário. Para o CPERS, o remanejamento deveria estar no final do processo de implantação do QPE. Além disso, o CPERS não concorda com a existência de professores "excedentes", pois estes poderiam até ser aproveitados na criação de outras escolas. Quanto aos professores que não estavam em sala de aula, mas sim exercendo funções administrativas, Rodrigues

diz que isso se deve ao fato de os salários de professores já ter sido igual ao dos funcionários. "Não fazia nenhuma diferença ter professores ou funcionários nos cargos não-pedagógicos. Mas quando o salário dos professores melhorou, isto ficou muito caro para o estado. Além do mais há muito poucos concursos para a área administrativa".

Quanto aos professores contratados, a solução seria a realização de concursos, e, a partir deste momento, uma moralização do setor. O Primeiro Secretário diz ainda que a interdição foi uma manobra para desviar a atenção pública do problema dos professores. "Eles estão querendo de qualquer forma desestruturar os professores como categoria, porque nós estamos muito fortes. E na implantação do QPE como está sendo feita, o Sr. Bernardo de Souza despreza pontos fundamentais levantados pela Comissão Paritária, como os itens a e b do artigo terceiro da proposta da portaria", coloca ainda João Carlos Alves Rodrigues.

Joceli Azambuja, presidente da ACPM diz que o vilão é sem dúvida o governo do Estado. Segundo ele, o CPERS, a ACPM e a SEC se reuniram três vezes em fevereiro, e em todas as ocasiões a SEC foi alertada do perigo de tentar a implantação do QPE num prazo muito curto. "O secretário de educação quer desestruturar o ensino público estadual. Os professores eleitos para cargos junto às CPMs foram remanejados, apesar de terem sido eleitos e terem direito de exercer seus cargos na mesma escola; o remanejamento cujo objetivo era moralizar está dando tão errado que alguns professores até já voltaram para suas escolas de origem, pois não há pessoal. Ao mesmo tempo, enquanto existe falta de funcionários, professores que já há 25 anos não entram em sala de aula são obrigados a voltar, em detrimento, é claro, dos alunos, que são as maiores vítimas do processo".



VITOR KNIJNIK

DIVERGÊNCIAS

Maria de Fátima Barbelotto é concursada para a área 3, segundo grau, mas sempre trabalhou em área 1. Ela é professora excedente da Escola Estadual de 1º Grau Professor Alcides da Cunha (Rua Hélio Pimpão, 53, Morro Santana). Ela diz que as divergências causadas pelo remanejamento são bastante graves e claras:

— Para começar o remanejamento não está respeitando as características de cada escola e localidade, o que fazia parte da proposta inicial. Além disso, vai levar algum tempo até que os professores possam se organizar novamente dentro de seu ambiente de trabalho. Mas o pior é a desestruturação da classe. Há casos de tentativas de resolver a situação pessoal de alguns, como no caso das diretoras que tentam influir diretamente no remanejamento dos professores de suas escolas. Existe, também, um grande descontentamento em relação ao CPERS. Muitos acham que a entidade está sendo negligente. Por exemplo, o CPERS desestimulou alguns professores que há alguns dias tentaram entrar com

uma liminar na justiça para tentar reaver seus cargos. Também não há uma posição clara frente ao problema dos contratados, ou daquelas que realmente se aproveitam da situação. E por último, é claro que há professores satisfeitos com o remanejamento, pois vão para uma escola melhor.

AUSÊNCIA INEXPLICÁVEL

Para Maria de Fátima, como para muitos professores, não há explicação para a falta de professores nas escolas. Os contratados estão sendo mandados para escolas mais distantes, como em Cachoeirinha. O critério de recolocação do pessoal excedente é de acordo com a antiguidade; os mais antigos podem escolher o local de trabalho, desde que de acordo com as suas qualificações. Contudo, as escolas continuam com falta de pessoal. Os professores excedentes assinam ponto nas Delegacias de Educação, e continuam recebendo seu salário regularmente.

Claudia Buchwoltz

ECONOMIA

Déficit entra na mira do governo

Perdas na arrecadação do Rio Grande do Sul estimadas para este ano em 641 milhões de cruzados e uma balança comercial completamente desequilibrada. Baseado nestes fortes motivos e intencionando investir na imagem de "participação", o governo do Estado está implantando câmaras por setores, que são ramificações do Conselho Deliberativo Estadual.

A criação e implantação das Câmaras - Setor Primário, Setor Secundário e Setor Terciário - está sendo controlada basicamente pela Secretaria da Indústria e Comércio. Segundo o secretário Gilberto Mosmann "tudo isso faz parte da filosofia de governo participativo da atual gestão". Mas o motivo principal do projeto é a necessidade urgente de equilibrar a balança comercial gaúcha. "O Rio Grande compra muito mais de outros estados do que vende para eles", lamenta Mosmann. Agora a tentativa será de "detectar o que é produzido no Estado mas não é aproveitado e o que pode passar a ser produzido aqui", sintetiza o secretário.

Mosmann acredita que cada setor da economia possui uma realidade distinta, e que



ASSESSORIA DE IMPRENSA SIC

Secretário Mosmann:
"É um elo de ligação entre o governo e a sociedade"

para encontrar as soluções para cada situação não há nada melhor do que alguém que a vivencie no dia-a-dia e a conheça profundamente. É este justamente o objetivo das câmaras setoriais: fazer com que os empresários participem mais ativamente e de forma mais organizada e unida, buscando soluções concretas e coerentes para cada caso. Estas soluções serão

posteriormente encaminhadas ao governo do Estado, que deverá se encarregar de sua execução prática.

REDUÇÃO DO DÉFICIT

Segundo Mosmann, as principais origens do déficit gaúcho estão no comércio varejista e atacadista. Este segmen-

to será abrangido pela Câmara do Setor Terciário, também responsável pelo setor serviços. "Ouvindo os comerciantes e prestadores de serviços ficará mais fácil e ágil reduzir o déficit", acredita o secretário.

Para auxílio a este projeto, foram criados fundos de apoio: Fundopem (Fundo Operação Empresa), Funam (Fundo de Apoio à Microempresa), Fungapem (Fundo de Garantia à Pequena Empresa) e Fundo da Pequena Propriedade Rural. Além disso, foi criado o Progiac - Programa Gaúcho de Informações Comerciais. Este programa deverá subsidiar com informações alguns projetos, como o de regionalização e nacionalização das compras do Rio Grande do Sul, estudos setoriais, identificação de fornecedores e Balcão de Atendimento ao Empresário. Os estudos apontarão variáveis como produto, quantidade, valor, origem geográfica, fornecedor e usuário. Quando concluído, o levantamento ficará à disposição para consulta.

ELO DE LIGAÇÃO

Gilberto Mosmann confia que as câmaras serão um "elo de ligação entre os segmentos representativos e o governo do Estado". Ele aposta no sucesso da "intervenção personalizada"

feita por quem entende de cada situação específica - e diz que o beneficiado final e maior será "a comunidade rio-grandense".

Os trabalhos da Câmara do Setor Terciário, que estão merecendo atenção especial da SIC, encontram-se em fase inicial. Os representantes são João Trevisan (Associação Gaúcha dos Supermercados - Agas), Alberto Simon (Clube dos Diretores Lojistas - CDL), Carlos Berta (Associação dos Representantes de Calçados, Bolsas, Tecidos, Confecções e Derivados de Porto Alegre - Arpo), João Tagliasuchi (Associação Gaúcha dos Atacadistas e Distribuidores - Agad) e Carlos Engels (Federasul).

Mosmann faz questão de definir o papel da Secretaria da Indústria e Comércio neste projeto como sendo "de articulação". "Mais do que realizar obras, a SIC deve articular o governo com os setores produtivos", diz, lembrando também que ele próprio desde 1964 participa de associações comerciais e industriais, "empenhando-me pela maior integração entre todos os setores envolvidos na produção econômica do Estado".

Elisa Krollin

REDUÇÃO DA JORNADA

Comércio é o setor mais atingido

Decisão da Constituinte reflete no setor que mais exige de seus funcionários

A redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais aprovada pela Assembleia Constituinte repercutiu em todos os setores empresariais, mas não deve alterar muito a situação do trabalhador. Os empregados no comércio, que estão no ramo de atividade que mais exige de seus funcionários em termos de carga horária, deverão ser os maiores beneficiados pela nova medida. No Estado existem cerca de 800 mil comerciários, recebendo um salário médio de Cz\$ 9 mil. Apesar de que a jornada de trabalho firmada pela CLT seja de 48 horas semanais, a prorrogação do horário é uma prática comum no setor, onde muitos trabalhadores chegam a cumprir até 60 horas.

A redução da jornada, no entanto, não chega a animar o presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, Luís Carlos Barbosa, que se mostra descrente quanto a cumprimento da redução da jornada. Segundo ele, "com a atual carga horária, a Delegacia Regional do Trabalho já se mostra ineficiente na fiscalização das empresas".

Já os empresários, por razões opostas, também não se agradaram com a redução da jornada. "O que nós gostaríamos seria ter a liberdade de atender, sempre que houvesse demanda", afirma o gerente executivo do Clube dos Direto-

res Lojistas de Porto Alegre (CDL), Lauro Dinnebier. Segundo ele, "a medida não vai gerar mais empregos, e o único prejudicado será o consumidor, pois os custos serão repassados aos produtos". Dinnebier afirma que as adaptações ao novo horário serão de acordo com as necessidades de cada empresa. Algumas poderão dividir o pessoal em dois turnos para alternar os horários de entrada e saída. Os critérios que definirão as adaptações das empresas, segundo Dinnebier, serão as características do tipo de clientela e do produto ou serviço comercializado.

Os supermercados, que trabalham em horários especiais,



MARCOS MATTE

Comerciários tem a maior carga horária

também estudam a sua adaptação à nova jornada. Segundo Clóvis Polese, secretário executivo da Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS), a Associação irá definir a posição do setor somente após reuniões da entidade realizadas durante o mês de abril. Os supermercados do Rio de Janeiro e São Paulo optaram por não abrir nas manhãs de segundas-feiras, a partir do dia 04 de abril.

O presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, Luís Carlos

Barbosa, afirma que mesmo com a redução para 44 horas os comerciários ainda ficam acima da média da América Latina, que é de 42 horas semanais. Nos Estados Unidos a categoria trabalha em média 35 horas por semana. Quanto às esperanças com a resolução da Constituinte, Barbosa afirma: "Quase cem anos após o movimento de Chicago, a nossa luta ainda é por um direito básico, a jornada de oito horas diárias para os comerciários".

Marcos Silva Matte

PROJETO PRAIA DO GUAÍBA

Urbanização é sinônimo de privatizar

"Não aos Espigões" foi a manifestação, no dia 29 de fevereiro passado, contra o Projeto Praia do Guaíba do prefeito Alceu Collares. Na Esquina Democrática, a tribo de atadores Oi Nóis Traveiz simulou à base da mímica a cena de inauguração de um shopping center. A representação dispôs de personagens do tipo clownesco, todos com nariz de palhaço. Eram o político de perna-de-pau, cortando com um tesourão a fita de abertura oficial; o engenheiro-calhorda e a madame bem-vestida assistindo; e o farofeiro-esfarrapado impedido de continuar tomando seu banho-de-sol. A bandinha que acompanhava o teatro de rua cantava: ó seu sacana/ ó seu sacana/ o Guaíba vai virar Copacabana ...

Uma cidade de frente para o rio. É o slogan mais forte que o prefeito encontra para defender o polêmico Projeto Praia do Guaíba (não confundir com o Projeto Rio Guaíba já em execução para despoluir o rio). A proposta do projeto, apresentado pela primeira vez em maio de 87 à Câmara Municipal de Porto Alegre, é urbanizar as margens do Guaíba para torná-lo balneável novamente. O que em princípio agradaria a todos. Mas o principal ponto em discussão é a privatização de áreas públicas. Uma forma de conseguir verbas, que a prefeitura agora não dispõe, para investir em iluminação, esgoto, pavimentação; na urbanização, propriamente.

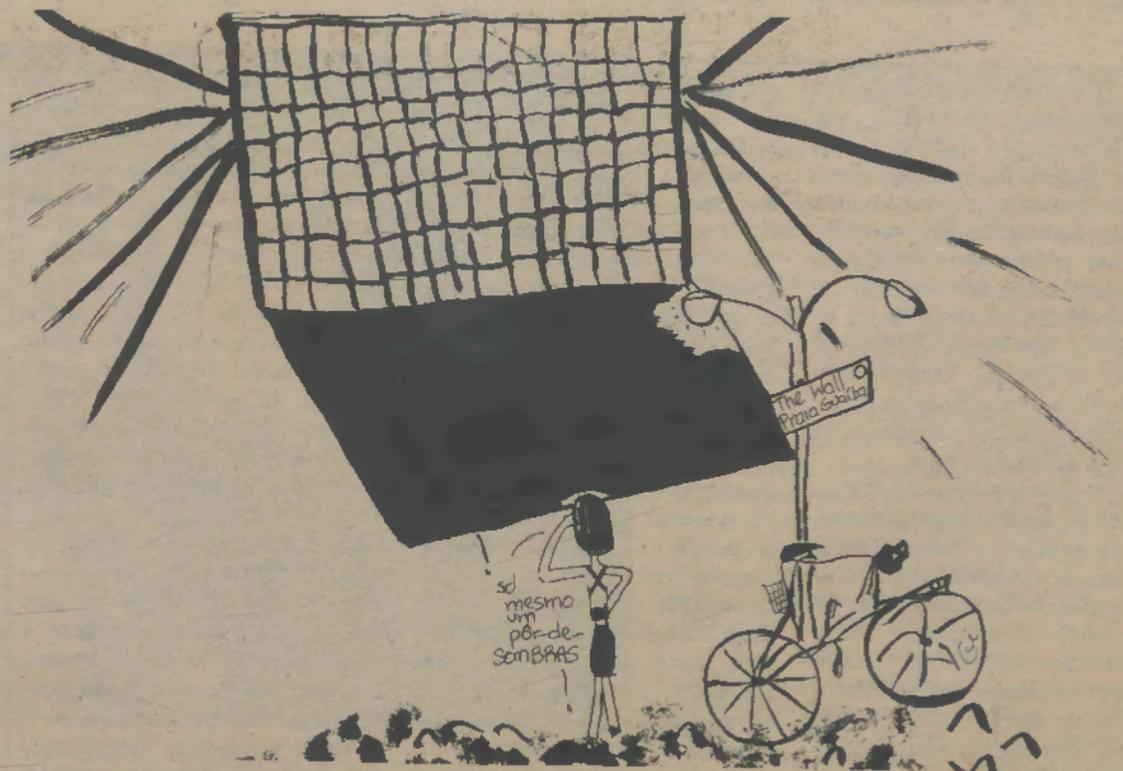
Do Gasômetro ao Estaleiro S6. Isto dá uns 6 Km (104 ha) de extensão, comparável em comprimento à avenida Farrapos. Desta área, 20 ha seriam loteados, ou permutados, à iniciativa privada que gastaria hoje por volta de Cz\$ 3 bilhões para construir um hotel cinco estrelas, um shopping center, um centro de convenções. Compõem o 1º conjunto de edificações, localizados junto aos parques Harmonia e Marinha, perto do Centro Administrativo. Em relação às construções, o projeto idealizado pelo escritório particular do arquiteto Jorge Debiagi não apresenta

um estudo aprofundado e detalhado sobre se há necessidade de mais um shopping na cidade e se é viável economicamente.

Não é só isso. Foi planejado também a construção de um 2º conjunto, próximo ao Estádio Beira Rio, ainda com dois blocos de apartamentos de até 15 pavimentos e um complexo de edifícios comerciais de até 20 andares. Para Guilherme Takeda, vice-presidente do Instituto dos Arquitetos (IAB), haverá um impacto urbanístico, porque o Plano Diretor prevê no máximo prédios com 4 andares. O vereador Antonio Holdfeldt concorda com esta objeção e levanta outras questões que o projeto "escamoteia". Além dos prédios atingirem até 20 andares, não se conta o térreo, o terraço e a garagem. Ele também se questiona de por que o prefeito contratou o arquiteto Debiagi, se a Secretaria do Planejamento e seus técnicos já tem pronto projetos de ocupação da área.

ENTRAVES

Há no projeto um problema legal quanto a posse da área que está dividida entre o Município, o Estado e o DNOS. Num convênio firmado em 1973, determina que a faixa de aterro fosse de domínio do Município. Porém a área é transferida automaticamente para o De-



partamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) quando usada para uso comum da população. Este dispositivo anula a autoridade exclusiva das terras pelo Município. E nesta história, o Estado entra com direito a 10 ha.

Por este e outros problemas que o executivo municipal retirou o projeto da Câmara para reestudo. Contra o argumento de Alceu Collares que com a privatização de áreas públicas seria possível investimento na infra-estrutura das vilas da cidade, Moacyr Moojem Marques, foi técnico da Secretaria de Planejamento durante 35 anos e coordenou a implantação do plano diretor da cidade, diz que "não tem recursos hoje, poderá ter amanhã. Mas não comprometer definitiva-

mente a área. Acho até que aquela área deveria ter sido objeto de tombamento".

Enquanto isso, o prefeito Collares não pára. No último dia 21, dentro da Semana de Porto Alegre, deu início às obras da futura avenida Beira Rio, através de um empréstimo da ordem de Cz\$ 450 bilhões conseguidos junto à Petrobrás. Segundo Antonio Holdfeldt, serão instalados 14 postos de gasolina, dos quais 4 na avenida Beira-Rio, indo contra as determinações do Conselho Nacional de Petróleo (CNP) que não permite o estabelecimento de postos em áreas verdes.

CONTRA

Sete vereadores já se posicionaram contra ao projeto,

além da intensa campanha desenvolvida pelo movimento em Defesa dos Parques da Cidade, que possui um documento com 10.000 assinaturas de populares. Os vereadores são Antonio Holdfeldt (PT), Lauro Hagemann (PCB), Jussara Cony (PC do B), Caio Lustosa, Nilton Comin, Flávio Coulon (PMDB) e Carlos Rafael Santos (PDS).

Celso Marques, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), é contra a visão privatista do projeto: "não há diálogo, eles querem simplesmente vender uma idéia".

uLz Severo

Gisele Scalco Sutil

A dificuldade de morar

Cinquenta milhões de brasileiros moram em subhabitações, favelas, vilas e cortiços. Não incluem-se aí os inquilinos, os proprietários e as sublocações. Só no Rio Grande do Sul são mais de dois milhões e duzentos e cinquenta mil habitantes favelados, segundo dados do IBGE, DEMHAB, FRACAB, COHAB e METROPOLAN.

Vania de Freitas Carneiro, casada, mãe de três filhos, residentes com mais quatro famílias num terreno situado na Avenida Valado, 178, no Bairro Partenon em Porto Alegre, deseja insistentemente comprar uma casa. Dirigiu-se até o PRODECON, aonde foi informada pelo Advogado Luiz Felipe, do Setor de Habitação, que a casa desejada pela consumidora, através do Sistema Financeiro da Habitação custa hoje em torno de um milhão e duzentos mil cruzados, ou mil e quinhentas OTNs. A renda exigida é de quarenta mil cruzados, com uma prestação mensal de 12 mil, durante 25 anos. Como a renda familiar de Vania Carneiro não ultrapassa 20

mil, o advogado informou-a que o mais viável seria: primeiro, manter-se na casa onde estava — mesmo em condições ruins, como a existência de um único banheiro para várias famílias. Moram no mesmo local 13 adultos e 14 crianças; segundo, inscrever-se junto a COHAB ou DEMHAB; em terceiro lugar, já ir reunindo documentos para o cadastro que serão exigidos antes da assinatura do contrato, isso se Vania Carneiro for contemplada. Os documentos são: carteira de identidade, comprovante de renda, carteira, profissional, título eleitoral, C.I.C., certidão de casamento, negativas nos três cartórios de protestos de títulos, certidão negativa junto ao órgão da polícia federal, da exatária pública municipal e estadual e uma taxa de 800 cruzados.

Os recursos do Sistema Financeiro da Habitação, nos últimos 12 anos vem sendo desviados para

cobrir o déficit público e as obrigações internacionais.

Não havendo casas para comprar ou alugar, as famílias passaram a ocupar áreas de particulares e áreas públicas. Como consequência tivemos durante o primeiro semestre do ano passado as ocupações em conjuntos habitacionais. No dia 11 de abril do ano passado aproximadamente 30 famílias ocuparam o conjunto que passou a levar o nome da referida data. Até o presente momento foram ocupados 17 conjuntos habitacionais em todo o estado, perfazendo um total de 25 mil imóveis aonde habitam 120 mil pessoas.

Mantém-se na região metropolitana da grande Porto Alegre 167 favelas, com 47 mil e 881 famílias e 215 mil e 464 pessoas entre jovens e adultos.

Enquanto isso o número de imóveis para alugar em Porto Alegre

não chega a dois mil segundo dados da AVALIEN, através de seu diretor Iba Ilha Moreira.

Ao mesmo tempo tramitam no Congresso Nacional dois Projetos de Lei para modificação da Lei 6649, do inquilinato. O primeiro projeto é de autoria do Procurador Geral da República, Saulo Ramos que cria as locações sociais, a partir da faixa de renda a ser estabelecida também pelo Congresso. Propõe o retorno da denúncia vazia para os imóveis que serão construídos a partir da vigoração da Lei. Mantém o reajuste das prestações tendo como base os índices da correção monetária e reduz o prazo do período para revisão dos aluguéis de cinco para três anos. De outro lado, o Projeto Alternativo nº 253 de 1987 criado por vários órgãos e entidades civis diverge do primeiro. Este projeto não permite o retorno da denúncia vazia, vincula os reajus-

tes dos aluguéis pela variação salarial através do indexador pela URP, Unidade de Referência de Preços e da também a possibilidade do locatário pedir revisão do aluguel quando julgar necessário.

Pode-se adiantar que tanto um como o outro projeto não serão aprovados na íntegra de seus itens. Haverão emendas que buscarão aperfeiçoar as relações locatícias em nosso País.

No entanto, fica a constatação de que não serão legislações isoladas ou com duração periódica que irão conter a crise habitacional no País. É necessário uma política global de habitação, com a destinação de recursos do Governo Federal através dos Municípios para a construção de casas populares e lotes urbanizados para a classe média. Como requisito isso exige o controle dos gastos públicos juntamente com o acompanhamento das cooperativas de futuros moradores sobre os projetos, gestão financeira e localização dos imóveis.

Luiz Severo

CORRUPÇÃO

Imprensa denuncia corrupção

O ex-ministro da Secretaria do Planejamento (SEPLAN), Aníbal Teixeira foi indiciado pela Polícia Federal por corrupção, conforme declarou em entrevista coletiva o Delegado Alcione Santana, que preside o inquérito do Executivo sobre as denúncias de irregularidades e intermediação de verbas no Ministério do Planejamento. O delegado informou dispor de elementos suficientes para o enquadramento do ex-ministro e de outros envolvidos no caso.

As investigações da Polícia Federal foram feitas paralelamente à investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção, do Congresso Nacional, cujo relator é o Senador Carlos Chiarelli (PFL/RS). O relator também anunciou ter elementos que comprovam o envolvimento de Aníbal Teixeira em atos irregulares, que vão desde contratação ilegal de parentes, solicitação de verbas e benefícios para empresas e municípios, até fraudes no repasse de verbas da SEPLAN. As investigações remontam ao período anterior à saída de Aníbal Teixeira da pasta, ocasião em que ameaçou revelar informações comprometedoras que acabou por não divulgar.

O caso Aníbal Teixeira é exemplar quando o assunto é corrupção: tema tão polêmico quanto falado. O indiciamento de um membro do alto escalão do governo é um fato novo na crença generalizada de que a corrupção e a impunidade grassam em todos os níveis e lugares.

IMPUNIDADE

Esta é a opinião da jornalista Vera Spolidoro, presidente do Sindicato de Jornalistas do Rio Grande do Sul. Para Spolidoro, os interesses e as dificuldades em comprovar denúncias de irregularidades levam à crença de que a impunidade é geral e de que os culpados nem chegam a ser identificados, fazendo com que toda denúncia caia numa vala comum de inquéritos que não chegam a nenhuma conclusão.

Como exemplo, a jornalista lembra o caso Ferrovia Norte-Sul, cujo resultado da concorrência para as obras foi publicado antes da abertura dos envelopes no jornal Folha de São Paulo. A prova de que a concorrência havia sido fraudada deu ao jornalista Jânio de Freitas o Prêmio Esso de Jornalismo.

A publicação do resultado da concorrência da seção de classificados da Folha teve requintes de engenhosidade no que se refere a sigilo, tanto por parte do jornalista, que não antecipou a descoberta, nem revelou a fonte, como por parte da editoria do jornal, que apoiou a publicação, além de toda a estrutura do jornal envolvida na

operação, demonstrando um nível de organização e planejamento perfeitos no desempenho da função jornalística: divulgar até mesmo informações comprometedoras. Nível que certamente faria inveja a muitos setores, inclusive do próprio governo, diante do fato consumado de que o processo da concorrência havia sido fraudado e, se não, que os resultados já eram sabidos antes mesmo da abertura das propostas das concorrentes, com distribuição de lotes e trechos da Ferrovia para construtoras diversas.

O caso é exemplar justamente porque, denunciada a fraude, ninguém foi punido, nem sequer identificados os responsáveis pela irregularidade. A denúncia, mesmo com provas palpáveis, acaba por referendar a crença de que há impunidade. A participação dos meios de comunicação de massa em denúncias semelhantes é valiosa, contudo, limitada. Segundo a presidente do Sindicato dos Jornalistas, a apresentação de provas constitui o primeiro e principal problema. Mesmo quando há comprovação, como no caso da Ferrovia Norte-Sul, a imprensa não tem poder de fiscalização ou de indiciamento, cabendo a investigação, abertura de inquérito policial e indiciamento aos órgãos competentes.

Situação semelhante também limita a atuação das CPIs do Congresso. O Senador Chiarelli enfatiza a dificuldade em obter provas ou elementos que possibilitem o indiciamento ou mesmo a identificação dos envolvidos em irregularidades. Além disso, fica claro que a punição dos culpados não compete à CPI.

Segundo Chiarelli, os senadores e deputados podem solicitar a formação de uma comissão parlamentar de inquérito que passa pela escolha de membros e relatores, devidamente aprovados pelo Plenário. Constituída a CPI, coordenada pelo relator, seus membros recolhem informações e identificam os envolvidos através de acareações ou outros recursos investigativos. Concluído o processo, o relator redige um parecer, que é submetido ao Congresso, aprovando ou não o parecer. O processo pode ou não ser enviado ao Executivo, ao Procurador Geral da União. A limitação está justamente no fato de que o legislativo, embora coletar provas e evidências, além de ouvir os envolvidos, não pode ordenar o indiciamento, tarefa que compete ao Executivo, através do Ministério da Justiça e das delegacias de polícia.

JOGO DE PRESSÕES

A comprovação de fatos irregulares e as limitações da CPI devem ser contrapostas ao jogo de

pressões que as denúncias suscitam, devido aos interesses que esses processos revelam. É o caso, por exemplo, de serem constatadas outras irregularidades além das inicialmente investigadas. Segundo o Senador Chiarelli, há evidências de que a SEPLAN mascarou os números relativos à Lei do Excesso, configurando, no mínimo, delito de confiança. Segundo o relator da CPI, há evidências de que o montante de excesso na arrecadação da União foi adulterado para encobrir mal-versação de verbas e pedidos a fundo perdido. Neste caso, o processo passa a ter um âmbito maior de implicações, exigindo investigação policial para que outros elementos venham à tona. O trabalho da CPI e a pressão do Congresso para que os culpados sejam punidos esbarram nas dificuldades técnicas de comprovação dos chamados crimes do colarinho branco, bem como por aspectos legais, tais como enquadramento.

Embora o Código Penal Brasileiro preveja punição para corrupção e outros atos irregulares, tais atos precisam ser claramente configurados e provados, caso contrário não há enquadramento possível. Segundo o Senador Chiarelli, a Constituinte pode apresentar algumas modificações na Constituição, contudo, não legisla sobre o Código Penal primordialmente.

Este aspecto legal também é lembrado pela jornalista Vera Spolidoro, que lembra o direito dos jornalistas de não revelar suas fontes, o direito de publicar informações, desde que verdadeiras, até mesmo comprovadas, mas que dificilmente poderão levar ao sucesso dos jornalistas do Washington Post que resultaram na investigação do Congresso Americano do conhecido caso Watergate. O resultado político foi a renúncia de Nixon depois de ter sido reeleito por ampla maioria de votos. Segundo a jornalista, em qualquer nível, os interesses determinam até a continuação ou não da investigação e também publicação de irregularidades. Em outras palavras, havia interesses políticos na renúncia do presidente independente de Watergate, no caso, o contexto em que a confiança dos americanos em Nixon foi seriamente abalada.

Apesar da crença geral na impunidade, Spolidoro acredita que os meios de comunicação têm um importante papel a desempenhar. Tanto investigando e denunciando como divulgando o resultado das CPIs da Corrupção e do indiciamento dos responsáveis por irregularidades, como é o caso de Aníbal Teixeira, que, segundo o Delegado Alcione Santana, será devidamente enquadrado e submetido às penalidades cabíveis.

Lourdes Hirata

Urp pode mudar

Um elemento recém-introduzido no confuso enredo da economia brasileira, a possibilidade de congelamento ou até de extinção pelo governo da Unidade de Referência de Preços (URP) para o funcionalismo público ou para toda a massa trabalhadora, certamente acirrará ainda mais as discussões sobre a condução da política salarial em tempos de crise econômica. Encarado pelo governo como fator inflacionário, pelos valores que adiciona às folhas de pagamentos, esse mecanismo de reajuste mensal de salários demonstrou ser insuficiente para recuperar o combalido poder de compra dos assalariados frente à alta do custo de vida.

A URP entrou em cena em junho de 87, na carona do Plano de Consistência Macroeconômica do ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira. O cálculo do valor da URP é feito com base na média mensal de variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ocorrida no trimestre anterior. Isso significa que a URP repõe apenas o que o salário perdeu com a inflação dos três meses atrás, já absorvida e ampliada pelo processo econômico.

"A URP tem sido madrastra para os trabalhadores, porque a inflação de janeiro foi de 17% e a URP, 9,19%. Num só mês os salários perderam 7,2%", diz o secretário geral do Sindicato dos Bancários e coordenador do escritório estadual do DIEESE, Luis Antônio Maia. De setembro de 87 a fevereiro de 88, a diferença entre a inflação admitida pelo governo e o valor da URP chegou a 55%. Para o economista Flávio Fligenspan, o arrocho salarial encontrou o seu limite, devendo o governo recompor os salários para aumentar o consumo interno. "Se há demanda aquecida, se o assalariado tem melhores condições de compra, o governo melhora sua receita via impostos indiretos, o que atenua o nó das contas públicas". Com recessão, observa Flávio, cai a arrecadação de imposto e as empresas vendem menos.

O empresário Alcício Ughini, diretor do Clube de Diretores Lojistas de Porto Alegre, informa que o comércio, um dos setores mais epidêmicos da economia, está sofrendo desde abril do ano passado uma queda de vendas na ordem de 40%. Para Ughini, "muita gente do governo é imbecil, porque o menor problema para o governo é exatamente o salário".

CASCATA

Ughini diz que a URP é indispensável, mas propõe que ela seja escalonada, isto é, paga integralmente só para quem recebe de 1 a 5 salários mínimos, acrescida de um abono de 10. De 5 a 10 mínimos, conforme a sugestão do empresário, seriam pagos 80% da URP, e de 10 a 20 mínimos, 50%. Com esse pagamento em cascata, Ughini crê no alívio das despesas salariais de pequenas e médias

empresas que, segundo ele, já são muito penalizadas com tributos altos e juros extorsivos.

Por outro lado, Luis Antônio Maia do DIEESE não concorda com o escalonamento da URP. "A URP não repõe nada, quanto mais em cascata. Ganhar 100%F2 da URP hoje significa ganhar 60% da inflação". Maia diz que o movimento sindical está reivindicando a continuidade do reajuste mensal de salários, mas de acordo com o índice de Custo de Vida (ICV) mensal calculado pelo DIEESE. "Várias categorias como os metalúrgicos do ABC, professores e jornalistas estão procurando a reposição das perdas ocasionadas desde sua data-base por causa da diferença entre a URP e a inflação", afirma o sindicalista.

"TURN OVER"

Apesar de acreditar que a economia precisa agora de um tratamento não recessivo, o economista Edison Marques Moreira alerta para um possível efeito da URP sobre o nível de rotatividade de mão-de-obra nas empresas. "URPelevada em consequência da inflação elevada é prejudicial para a classe trabalhadora. Pode haver um 'turn over' no setor produtivo, isto é, o empresário vai despedir quem ganha bem e contratar outro para fazer o mesmo serviço ganhando menos. É uma forma de defesa que o setor privado tem". Alcício Ughini concorda com essa previsão. "O que fazem pequenos, médios e mesmo grandes empresários com algumas dificuldades? Demitem empregados que ganham salários mais elevados, admitindo outros que pela mesma razão foram demitidos de outras empresas. "Por isso, o empresário define a URP para os salários mais altos como "uma arma contra o próprio trabalhador".

Tudo indica que o governo está disposto a mexer na URP. O presidente Sarney já encomendou estudos para a mudança de regras da política salarial para o Ministério da Fazenda e para a Secretaria de Planejamento. Não há garantias de que a URP de abril será paga. O economista Flávio Fligenspan acha que "qualquer modificação da política econômica, com as atuais relações de poder na economia, muito provavelmente vem no sentido de fazer mais arrocho". Flávio salienta que política de arrocho não é exclusivamente uma decisão de ministros a nível nacional, pois há também exigências dos bancos internacionais credores do Brasil e de organismos como o FMI. O sindicalista Maia diz que "recessão é receita do FMI", e acredita que teremos muito confisco salarial em 88 "principalmente por causa do Marllson (da Nóbrega, atual ministro da Fazenda), marionete do FMI".

José Carlos de Azevedo

VOTO AOS 16 ANOS

Aprovação da emenda divide opiniões

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou, no dia 3 de março, o direito de voto aos 16 anos, aumentando o contingente eleitoral do país em aproximadamente 6 milhões de pessoas. A emenda que propôs a antecipação da idade eleitoral e também o voto facultativo para este segmento (dos 16 aos 18 anos) venceu com 355 votos a favor e 98 contra. O autor da proposta, deputado do PMDB gaúcho Hermes Zaneti, e seus co-autores, como Aécio Neves e Carlos Benevides, escolheram para defender a emenda no plenário o senador Afonso Arinos, do PFL carioca. Arinos, o mais velho dos Constituintes, fez um discurso emocionado que empolgou tanto os colegas como as galerias (repletas de jovens).

Antes, porém, que seja promulgada a nova Constituição brasileira e que esse contingente de eleitores em potencial possa adquirir o seu título e experimentar o recém-adquirido direito, os partidos políticos, juristas, psicólogos e os próprios jovens já se encarregam de polemizar a questão.

RESPONSABILIDADE

"É uma medida altamente positiva, que vai aprimorar os valores cívicos estimulando a participação política", preconiza o líder do PDT gaúcho na Assembléia, deputado Porfírio Peixoto. Já o deputado Jarbas Lima, líder pedessista, teme o risco de que a nova medida venha a provocar a antecipação legal das responsabilidades civil, penal e eleitoral, o que seria um "enorme encargo" para o jovem. "Quem propôs a emenda não teve responsabilidade", acusa Lima.

De acordo com a organização jurídico-legal e institucional do Brasil a maioria civil se dá aos 21 anos de idade, e a maioria penal e eleitoral aos 18. As leis trabalhistas, no entanto, garantem ao brasileiro de 18 anos que trabalha



VITOR KNIJNIK

a equiparação civil. Portanto, como alerta o juiz do Tribunal Regional Eleitoral, Paulo José da Rocha, ao exercer o direito de voto o cidadão de 16 anos poderia, como qualquer outro eleitor cometer um ilícito eleitoral. Mas ele seria inimputável, ou seja, não poderia ser responsabilizado pelo crime. "Não se pode ser capaz e responsável só para uma coisa e não para outra. É uma incoerência", resume Rocha. O juiz acredita que para tornar a medida correta do ponto de vista jurídico seria preciso baixar as maioridades. Os deputados Raul Pont, do PT, e Porfírio Peixoto, do PDT, não vêem na questão das maioridades um obstáculo para o voto aos

16 anos. "As obrigações criminais não têm nada a ver com o direito de voto dos jovens, que é um direito estanque", afirma o pedetista.

DIREITO CAPENGA

Com a aprovação da emenda do deputado Hermes Zaneti o brasileiro de 16 ou 17 anos adquiriu o direito de votar mas não de ser votado, isto é, não pode ainda concorrer a cargos políticos. Este é mais um elemento que provoca críticas. "O jovem ganhou um meio direito, uma meia cidadania. Foi um presente de grego", denuncia

o líder do PDS, deputado Jarbas Lima. "É um direito capenga", classifica o juiz Paulo Rocha.

O líder da bancada do PMDB, deputado Germano Rigotto, acredita que o jovem de hoje tem todas as condições de exercer a função do voto e de ser votado. "O amadurecimento se dá mais rápido graças à atuação dos meios de comunicação de massa", justifica. Além disso, como salienta o deputado petista Raul Pont, o jovem brasileiro ingressa cedo no mercado de trabalho, produz e é capaz de se sustentar, tendo "discernimento para participar também da vida política".

"A maioria dos jovens não entende nada de política, não está ligado nisso e quer mais é se divertir", revela o estudante de 15 anos Diego Augusto Monteiro Wiener. "O jovem está bem consciente, a sua participação é importante", discorda a estudante e secretária de 15 anos, Débora Araujo. Diego e Débora, porém, concordam em um ponto: o jovem é maleável, se deixa influenciar.

"Nesta idade o jovem opta por correntes com maior comprometimento social, há uma tendência pelos partidos de esquerda", afirma Porfírio Peixoto. "O PT é o partido que vai absorver estes votos", aposta Raul Pont. O deputado Jarbas Lima não acredita nesta tendência. Ele acha que o jovem "não se deixa manobrar" e que "se alguns são de esquerda é por pura opção política". Jalmir Mazzoti e Jaime Umpierre, ambos office-boys de 16 anos, acham que votar nessa idade "é uma boa" e declaram uma preferência pelo PDT. Jonas da Costa, de 15 anos, que estuda e trabalha servindo cafezinho na Assembléia Legislativa diz estar "por dentro da política". "O meu candidato para presidente é o Brizola".

Milene Leal

RIO GRANDE X BRASIL

Separação: idéia ressurgue na crise

A idéia de separação do Rio Grande do restante do país não é nova, ao contrário, ela surge com muita intensidade sempre que o nosso estado atravessa alguma crise.

Se é correto dizer que a verdadeira e primeira intenção da Revolução Farroupilha não era a separação e sim conseguir uma maior autonomia administrativa, também é certo afirmar que quando da proclamação da República Rio-Grandense os seus ideais já eram separatistas.

Hoje em dia, com o Rio Grande passando por mais uma séria crise financeira, o assunto voltou a ser muito discutido. A própria revista Veja entregou a sua última página para que o fotógrafo gaúcho Leonid Streliaev fizesse uma defesa apaixonada dos ideais separatistas.

ARGUMENTOS

Mas o que dizem os defensores desse nosso isolamento?

Segundo eles o Rio Grande não merece e não precisa estar constantemente diante do Governo Federal a "mendigar" maiores recursos, pelo simples fato de que não foi o nosso estado o causador da crise nacional existente atualmente; ao contrário, ele é que ameniza com as suas exportações de grãos e produção industrial diversificada. Além disso, para eles, o Rio Grande possui as melhores terras do país, tanto para agricultura como para pecuária, além de ser produtor de tudo, menos de petróleo, o que seria fácil de conseguir.

Os que são contra a separação reba-

tem dizendo que seria impossível para o nosso estado sobreviver isolado, que as nossas produções não são tantas, as nossas terras não são tão boas e a dificuldade do petróleo seria praticamente insólvel. Acrescentam que, além disso, seria ridícula uma separação do Brasil, pois ela criaria uma guerra, e segundo os mais desligados, o Rio Grande sozinho jamais poderia ganhar uma Copa do Mundo de futebol.

Sem dúvida um argumento muito forte a favor de quem é contra a separação é o de que essa idéia só surge nos momentos de crise do estado. Quando estamos bem com o Governo Federal ninguém fala nesse assunto.

POPULAÇÃO

Mas e a grande maioria da população do Rio Grande é contra ou a favor do separatismo?

Na verdade creio que esse tipo de enquete nunca foi feita. Procurei chegar a alguma resposta. Ouvi primeiramente 100 universitários da UFRGS e da PUC, dos mais diversos cursos - Direito, Engenharia, Medicina, Economia e Comunicação -, e me surpreendi ao constatar que 74 dos ouvidos foram totalmente a favor da separação e apenas 26 contra. É bem verdade que a grande maioria não sabia nem explicar o porquê do seu posicionamento mas de qualquer forma achei o percentual favorável bastante significativo.

Não satisfeito em ouvir apenas os universitários, parti para ouvir a opinião de profissionais de várias áreas entre 30 e 40 anos. Nessa faixa falei com

50 pessoas das quais 28 foram a favor e 22 não, um percentual bastante menor que o anterior. Como todas as abordagens foram feitas na rua, muitos, com pressa, diziam apenas sim ou não, mas a grande maioria explicou com alma o seu ponto de vista, revelando que tinham o posicionamento definido por convicções próprias montadas ao longo do tempo.

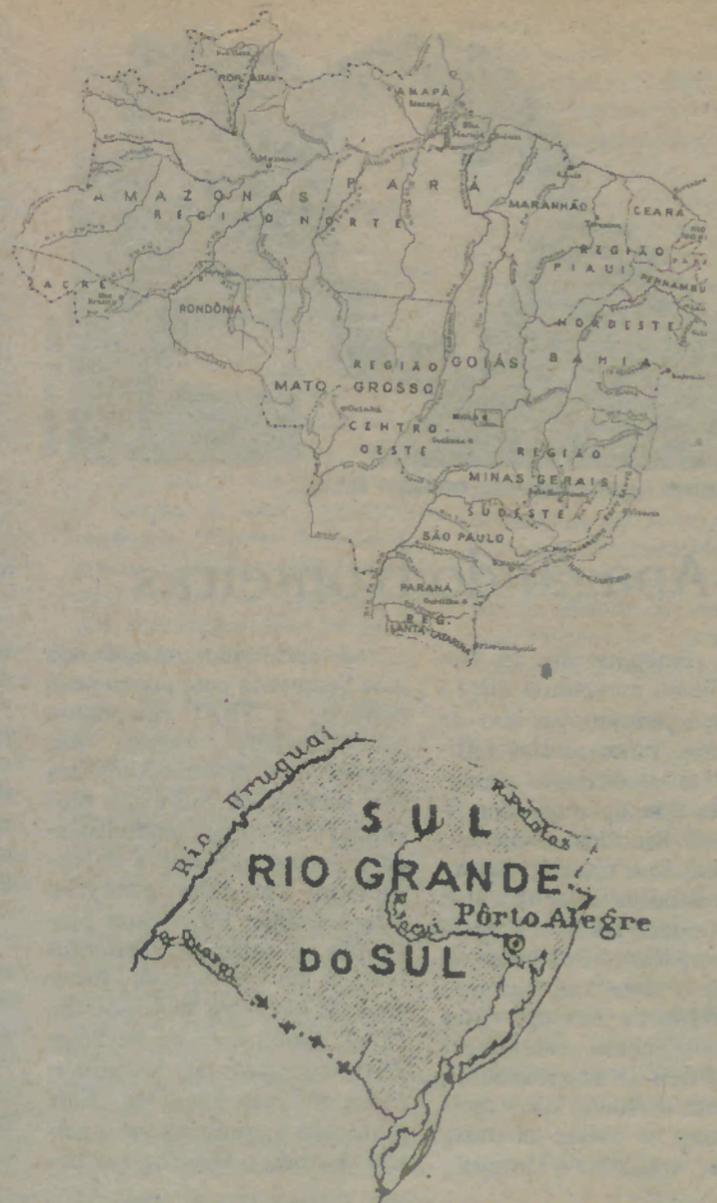
Da mesma forma, passei a ouvir pessoas entre 50 e 70 anos, e aí a derrota dos separatistas foi esmagadora. Dos 40 ouvidos apenas oito foram a favor da separação, enquanto que os outros 32 foram frontalmente contrários.

VALIDADE

Se é bem verdade que tal enquete não tem muita validade científica por ter sido feita apenas na rua e unicamente no centro de Porto Alegre, sem possibilidade de atingir outras áreas e pessoas de outra classe, creio que serve como uma amostra de que o pensamento separatista está muito ligado aos mais jovens, talvez por esperarem por uma mudança radical que possa fazer com que o nosso estado seja mais respeitado pelo Governo Federal ou por uma frágil convicção que será facilmente apagada com o tempo.

O fato indiscutível é que esse assunto nunca sairá de pauta. Sempre que o Rio Grande passar por problemas, e que estiver em crise, surgirá a idéia separatista daquelas que pensam libertar definitivamente esse estado das garras do Governo Federal.

Homero Bellini



SISTEMA INTEGRADO

De como o barato sai caro

O Conselho Municipal de Transportes Urbanos (Comtu) definiu no dia 11 de março as novas tarifas dos ônibus de Porto Alegre: Cz\$ 22,00 para o sistema convencional e Cz\$ 21,50 para o integrado da Bento Gonçalves.

Além de representar um aumento de 758,62% nas tarifas de 27 de fevereiro do ano passado até agora, este reajuste praticamente iguala as passagens dos sistemas convencional e integrado, com a diferença de 50 centavos qualificada como "simbólica" pelo Secretário Municipal dos Transportes, Elói Guimarães. Segundo ele, desde 1985 que pesquisas da Secretaria Municipal dos Transportes (SMT) apontavam uma aproximação dos custos operacionais dos dois sistemas e uma queda progressiva no número de passageiros transportados no integrado da Bento Gonçalves.

Durante a reunião do Comtu, técnicos da SMT sugeriram uma tarifa de Cz\$ 21,91 para o integrado e de Cz\$ 21,71 para o sistema convencional, enquanto os empresários das empresas de ônibus pediam Cz\$ 23,00 e Cz\$ 25,17, respectivamente. Os cálculos do Índice de Passageiros por



Demora no transbordo é principal reclamação

Quilômetro (IPK) da Secretaria e dos empresários coincidiram em 4,87.

Elói Guimarães criou uma comissão para estudar a aproximação nos custos dos dois sistemas mas levanta duas hipóteses. Na primeira, ele afirma que esta aproximação é realista na medida em que, ao implantar-se o sistema integrado em 1982, definiu-se a tarifa 35% mais barata que o sistema convencional para "vender à população a idéia". A outra possibilidade admite que o sistema sofreu um

"processo de distorção que determinou a oneração dos custos operacionais".

MENOS PASSAGEIROS

Usuários e técnicos explicam a diminuição no número de passageiros transportados no corredor da Bento de duas formas: perda de tempo e desconforto.

Nelza Soares, 20 anos, faz transbordo duas vezes por dia no Terminal Antonio de Carvalho: "Sou contra este sistema. Os ônibus encostam mas não saem. A gente vem sentado do

Centro e para pegar um outro lugar sentado no ônibus aqui no terminal tem de esperar quase meia hora". Jean Silva, 21 anos, cobrador da empresa que serve o corredor da Bento, discorda: "Para mim o terminal é uma boa. Acabou com aquelas filas no centro onde o pessoal ficava mal-acomodado, sem banheiro. Esse pessoal acha ruim porque quer viajar sempre sentado". Roberto Lopes, 41 anos, reclama das quatro filas que tem de enfrentar todo dia por causa do transbordo e diz que muita gente prefere outras linhas de ônibus que não são do integrado mesmo pagando mais.

A falta de sincronização entre os horários das linhas troncais e das alimentadoras é admitida pelo técnico da SMT, Paulo Schreinert: "Isso é inevitável nas horas de pique, e só seria corrigido com um aumento da frequência nos horários dos ônibus que acabaria por elevar muito os custos".

A necessidade de veículos com grande lotação nas linhas troncais obrigou ao uso de ônibus articulados, com capacidade para até 200 pessoas, cuja manutenção difícil e cara também eleva os custos do sistema.

Situação difícil para um projeto ambicioso que na sua campanha publicitária de lançamento proclamava: "Operação Integrada - A Resposta Ideal".

Renato Mendonça

O que é integração

O Sistema Integrado da Bento Gonçalves foi inaugurado em novembro de 1982. A idéia básica é eliminar-se a convergência de linhas de ônibus no centro da cidade. Elas seriam substituídas por linhas troncais que operariam com ônibus de grande lotação trafegando em corredores exclusivos que levariam os usuários aos terminais, de onde seria possível o transbordo para ônibus comuns que cumpriram os itinerários nos bairros. Importante: o usuário só pagaria uma vez a passagem.

Apesar da previsão original de expansão do sistema, atualmente só está em atividade a Operação Integrada do Corredor Bento Gonçalves unindo o centro à zona norte da cidade.

O Sistema Integrado da Bento Gonçalves funciona com dois terminais: o Terminal Antonio de Carvalho, servido por seis linhas alimentadoras, situado na esquina da av. Bento Gonçalves com rua Antonio de Carvalho, e o Terminal Alameda, na esquina das ruas Tenente Alpoim e Luiz Moschetti, servido por quatro alimentadoras.

SECRETARIA DE ESTADO



Seitenfus quer mercado comum latino

Apagando fronteiras

A administração do Governo Simon completou dia 15 de março passado um ano de atividades. Entre muitas críticas e dúvidas dirigidas principalmente à recuperação das finanças do Rio Grande do Sul, sobressaiu-se o trabalho da Secretaria Especial para Assuntos Internacionais, comandada pelo professor Ricardo Seitenfus, 40 anos, um homem com formação universitária na Europa, e que vem conseguindo estabelecer uma política de intercâmbio a nível internacional, principalmente com os países da Bacia do Prata, Argentina e Uruguai.

A princípio considerada uma Secretaria com pouco peso político, a SEAI conquistou paulatinamente espaço nas agendas dos governadores dos três estados do Sul e das províncias argentinas, tendo firmado diversos protocolos de cooperação financeira, comercial e tecnológica. Entre estes protocolos, o secretário Seitenfus destaca um em especial, resultado de encontro realizado dia 18 de março com os governadores das províncias argentinas de Entre Rios e Santa Fé. "Este protocolo é praticamente a síntese de todo o trabalho que de-

envolvemos em 1987, não tanto por seu conteúdo formal, mas porque já se encontra nas mãos do presidente José Sarney, e será transformado em Acordo Internacional durante o encontro com o presidente Raúl Alfonsín, no início de abril". Se o acordo for efetivamente firmado, a política de integração desenvolvida pela SEAI passa a ter força de Lei, e a partir daí amplia os canais para uma maior integração com a Argentina.

O secretário Seitenfus se mostra entusiasmado com o ritmo de trabalho que tem conseguido imprimir à sua equipe: "Nunca imaginei que pudessemos trabalhar tanto", afirma, garantindo que "o trabalho que estamos realizando reveste-se de um caráter histórico, já que pela primeira vez está se concretizando a chamada política de governadores (de estados e províncias), que vem sendo discutida desde a República Velha".

URUGUAI

Ainda que tenha participado como observador nesta primeira etapa de negociações, o governo uruguaio também terá oportunidade de desenvolver alguns projetos de interesse bilateral com o Brasil. Entre eles, destaca-se um estudo de inte-

gração econômica na fronteira, que será baseado na caracterização sócio-econômica da região. Para tanto, já foi liberada uma verba de cinco milhões de cruzados, através de um acordo com o Ministério do Interior e Sudesul (Superintendência para o Desenvolvimento do Extremo Sul). O Uruguai tem ainda participação imediata no projeto de introdução do Espanhol como opção de segunda língua nas escolas públicas de fronteira brasileira e do português na fronteira argentina e uruguaia.

De todos os projetos em andamento, existe um que merece especial destaque, já que

possibilitará ao Estado apresentar aos países interessados (e aqui incluem-se França e Alemanha, por exemplo) a experiência gaúcha em determinadas áreas de ponta. Isto será possível através da elaboração de um manual de cooperação técnica internacional pela SEAI em conjunto com as estatais gaúchas, em especial a CORSAN, CEEE, CRT e Procergs. "Significa a possibilidade de aumentarmos nossas exportações e incrementarmos o intercâmbio na área comercial", diz Ricardo Seitenfus, esboçando o sorriso tranqüilo de um secretário que está conseguindo atingir suas metas.

Ricardo Bueno

Secretário poliglota

Ricardo Antonio Silva Seitenfus, o Secretário Especial para Assuntos Internacionais do Governo Simon, completou 40 anos no dia 27 de abril. Neste período, conseguiu concretizar um dos mais densos currículos entre Secretários de Estado, onde se destacam o licenciamento em Ciências Políticas, menção em Altos Estudos Internacionais; licenciamento em História Moderna e Contemporânea; doutorado em Ciências Políticas, menção em História das Relações Internacionais, todos conseguidos na Universidade de Genebra, Suíça. Ministrou cursos e seminários na Universidade Federal da Paraíba

e Universidade Federal de Pelotas e foi professor da UFRGS, no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política. Desenvolveu ainda orientação de teses, bem como participou de diversas bancas. Coordenou projetos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Entre outras coordenadorias, diretorias e representações, Ricardo Seitenfus ostenta a fama de possuir uma coleção de sete cachimbos da mais alta qualidade, além de ser considerado um poliglota de alto nível, já que fala fluentemente cinco idiomas.

O Computador na Produção Gráfica

A produção gráfica com tecnologia das mais avançadas é utilizada pelo Grupo Editorial Sinos, em Novo Hamburgo. Recursos de redação computadorizada, fotocomposição de página inteira e gravação direta, agilizam o processo de impressão do Jornal NH, editado pela empresa.

A principal inovação do sistema é a fotocomposição de página inteira, que evita o processo de montagem. Após a diagramação, a página é fotocomposta no equipamento Power View (de fabricação americana), que compõe, em papel fotográfico, todo o texto da página, com títulos, cartolas, legendas, fios e retículas, já dispostos conforme o espelho. Resta apenas colar as fotos nos espaços programados. Antes, porém, as fotos são transformadas em imagens por pontos, no aparelho Copy Proof. Feita a cópia em papel fotográfico, ela é colada na página.

Este processo de fotocomposição de página inteira evita toda a parte da colagem dos títulos e das "tiras" de texto. O operador do equipamento Power View faz, através do computador e com observação no vídeo, a "pré-montagem" da página, antes da fotocomposição. Eventuais ajustes para o fechamento da página, são feitos diretamente no computador, sem necessidade de montagens posteriores.



MARCOS MATTE

O "Power View" faz a composição de página inteira

GRAVAÇÃO DIRETA

A fotocomposição da página inteira e a transformação das fotos em imagens por pontos, complementam a outra parte deste novo sistema, que é a gravação direta. Através do equipamento Elfasol, de fabricação alemã (Hoescht), as matrizes do jornal são gravadas diretamente das artes-finais, sem a necessidade de se fazer os fotolitos. Isto porque o Elfasol grava as chapas através da reflexão de luz diretamente na arte-final, e não por transferência, como no sistema de gravação como fotolitos. Os princípios básicos são os mesmos das fotocópias comuns, sendo que o original é a própria arte-final da página a ser gravada, e o produto final, a chapa para impressão em off-set.

Segundo o gerente de produção da empresa, José Marcos de Paula, o tempo operacional foi reduzido em 60% com a utilização do novo sistema. "No sistema antiga levávamos cerca de quatro horas para gravar as matrizes do NH, com o Elfasol fazemos isto em apenas uma hora", afirma.

O Grupo Editorial Sinos edita, além do NH, os jornais Vale dos Sinos, Exclusivo e Diário da Indústria e Comércio, e as revistas Lançamento. Todas as publicações são ligadas à comunidade e ao setor coureiro-calçadista, principal atividade econômica da região. A empresa possui dois equipamentos Power View, e acaba de comprar mais um Elfasol, que está em fase de montagem. Segundo José Marcos de Paula, ao que consta somente a Editora Globo, do Rio de Janeiro, possui aparelhos Power View, e os dois Elfasol são os únicos na América Latina.

Marcos Silva Matte

Encarando o mundo com outros olhos

As ideologias desgastadas já não sustentam o sentido da vida moderna nos grandes centros urbanos e a vida se torna mais difícil de ser levada com prazer.



Dúvidas e incertezas são uma constante

É consenso comum de que o mundo-louco gera a loucura na cabeça das pessoas. Agora surgem novas evidências que comprovam — a desadaptação, os conflitos e as desordenações são formas de resistência ou rompimentos com a estrutura estabelecida. O fato de existirem perturbações não quer dizer, necessariamente, que existam doenças deste tipo. O limite entre o patológico e o sadio é a intensidade do conflito e a consequente capacidade de enfrentar a realidade.

Geralmente as pessoas procuram as terapias quando chegam aos seus limites e esbarram em impasses irracionais, com as contradições de um "modus vivendi". Na visão da psicóloga Sueli Souza Santos, "há uma estrutura montada que favorece a criação de necessidades artificiais e a incapacidade de apreender o mundo como um todo". No mesmo sentido concorda uma estudante de jornalismo de 20 anos: — Para mim a origem dos problemas da sensação de impotência e desentendimento, está na incapacidade de integração com o mundo. "O homem não consegue ter a perspectiva histórica, ele não é o sujeito de sua história".

Os terapeutas também concordam em outro ponto. — É preciso aprimorar a maneira de viver, dar à vida a sua própria cara, ou seja, encontrar um estilo de vida autêntico. "As pessoas tem medo da queda. A queda mostra a profundidade a que se pode descer e depois subir, por isso tem medo da queda. Elas têm uma autoimagem muito estreita", declarou Adir Aliatte, que faz bioenergética a quase oito anos e orienta grupos de iniciantes. Para ele as pessoas quando sabem dos resultados das terapias se interessam em conhecer um pouco melhor como é fazer

terapia. É outro enfoque de terapia. A terapia oferece espaço para elas se conhecerem, para que ultrapassem suas fronteiras e entrem em contato com o seu inconsciente. É uma técnica que permite a exploração do inconsciente, explicou Adir. Na bioenergética o que pesa é a afetividade versus uma anterior neutralidade.

PSICANÁLISE E LINGUAGEM

A psicoterapia consiste em possibilitar ao indivíduo a oportunidade de tornar consciente seus conflitos, de se tornarem capazes de interferir em sua realidade e de enfrentar a angústia existencial que impede o crescimento pessoal. É falso afirmar que a análise seja adaptativa, ela não visa adequar o indivíduo a uma determinada realidade. Ela age no sentido de liberar o indivíduo para que ele construa sua própria história e não se adapta a uma expectativa imaginária. Através de relatos, as pessoas exprimem, naquele espaço seguro — as suas experiências de vida, seus sonhos, todo um processo de livre associação de idéias.

No processo transferencial, que é erroneamente suspeito de causar dependência, a pessoa aprende justamente o contrário. Por ser essencialmente libertador, este processo estabelece um vínculo de confiança entre terapeuta e indivíduo, onde este recupera a sua segurança pessoal, sem a qual não é possível o trabalho. Esta mudança de atitude irá repercutir na relação que esta pessoa mantém com o mundo a seu redor, isto não quer dizer que o crescimento seja um processo pacífico e indolor, considera a psicóloga Sueli Santos.

Os problemas imediatos na economia da sobrevivência tensio-

nam o humor com violência. A competição e o consumo levam as pessoas a perderem suas referências, sem as quais o homem fica exposto, num estado de fragilização. Falados os conflitos vem a tona e podem ser compreendidos os seus motivos originais.

A LIGAÇÃO COM O MUNDO

Fazer terapia não acaba com os problemas de ninguém. Unanimemente as pessoas concordam de que não adianta colocar a culpa no mundo. O individualismo exacerbado pode ser comparado com a noção de atomização, proveniente da filosofia ocidental. Atomizados os homens perdem em força de ação — é isto que o capitalismo necessita mais para se reproduzir. Recuperar a posição de sujeito da história implica em assumir comprometer-se radicais. Um deles é com a própria vida. "Se a pessoa está de bem consigo, o resto é consequência", conclui Gisele Garcia, funcionária Pública Federal, que fez terapias alternativas e descobriu que podia fazer outras coisas, ao escutar seu eu profundo.

Para Paula Chapman, que também pratica e orienta grupos de bioenergética, a necessidade de guias é a própria doença. "Aqui a gente não se coloca nesta posição. As pessoas aprendem a se manter". A terapia tem início, meio e fim, só que o final é aberto. Ao se aproximarem das causas passadas de uma emoção repressada, revivem esta emoção. Não é apenas ter a consciência racional, mas entrar em contato com a emoção, neste momento a pessoa estará entrando em contato consigo mesmo. Ter uma vivência melhor é o objetivo das terapias, o que nem sempre é fácil, mas, o principal é ter uma experiência real. Ao proporcionar o contato com o momento presente e deixar a pessoa livre das expectativas do passado, a terapia cumpre sua função de restabelecer o equilíbrio, a recuperação do centro.

A resolução do conflito com a vida é o próprio desenvolvimento da mesma. O que não é novidade para ninguém, entretanto a resistência é um novo fenômeno que está tomando vulto, sobretudo nas grandes cidades, onde as condições de vida são mais hostis e propícias à esquizofrenia, neuroses e psicoses — de todos os tipos e intensidades. O homem se debate contra a realidade avassaladora, mas ao mesmo tempo, descobre que pode se tornar um sujeito desta história.

VICTOR LOURENÇO

Um museu que oculta a história da imprensa

O Museu Hipólito José da Costa, vítima do descaso do Estado, conta com um valioso acervo encerrado sob precárias condições.



da Cultura — CODEC — embora seja responsável por várias outras instituições que, a exemplo do Hipólito, estão enfrentando sérias dificuldades, está dando prioridade ao desenvolvimento de um projeto novo que é a Casa de Cultura.

Para o diretor do museu de comunicação, Antônio Renato Henriques, este problema surgiu devido ao vínculo que existia entre a cultura e a educação. “Os governos anteriores nunca priorizaram a área de cultura, esta ficava sempre em segundo plano, recebendo as verbas que sobravam da educação”. Essa ligação é responsável também por um outro problema verificado nas instituições culturais em geral, que é a falta de pessoal especializado. Praticamente todos os funcionários destes órgãos são professores cedidos pela Secretaria da Educação.

O diretor do Hipólito da Costa explica que “muita coisa aqui no museu não depende de verba para ser feita, o que tem faltado é uma visão administrativa”. Como exemplo, ele conta que algumas salas havia lixo depositado, bastando solicitar ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana — DMLU —, que viesse retirá-lo. “O lixo era tanto que o caminhão teve de fazer duas viagens para levar tudo”, completa Henriques. Ele pretende também, realizar até o final do mês uma reformulação na estrutura do museu, criando um setor específico para cada área.

Mas, existe um outro aspecto que evidencia a falta de uma administração eficiente, não só do museu Hipólito da Costa, mas de toda a área de cultura do Estado. Nesse setor, existem diversos órgãos desenvolvendo atividades correlatas. “Estamos procurando as instituições que atuam paralelamente ao museu e propondo acordos de cooperação e promoção conjunta, determinando as áreas de atuação de cada uma”, revela o diretor.

Dentre estes órgãos estão a Cinemateca Estadual, que deverá repassar ao museu seu acervo, ficando responsável somente pelas projeções para grande público; a Discoteca Pública, que deixará sob a responsabilidade do museu todos os discos de 78 rotações; a Biblioteca Pública, com a qual está sendo estudada uma maneira para resolver o problema da duplicação de acervos.

Existem ainda outras entidades que comprometeram-se a dar apoio ao museu em suas atividades. É o caso da CORAG, que irá recuperar as máquinas da antiga Imprensa Oficial, que hoje pertencem ao Hipólito; da TVE, que fará cópias de filmes e vídeos em VHS, além de levá-los ao ar esporadicamente; e a Embrafilme, que apoiará o museu na recuperação e ampliação do material cinematográfico. O Museu de Comunicação, por sua vez, deverá realizar as modificações necessárias para colocar este material à disposição do público, para visitação, pesquisa ou até mesmo reprodução.

Além disto, para agilizar o trabalho de pesquisa, há um projeto para microfilmagem dos periódicos, que já foi inclusive aprovado pelo Sistema Nacional de Museus. Mas, a realização destes projetos depende em alguns pontos de verbas que estão sendo pleiteadas junto ao Ministério da Cultura — MINC —, e a iniciativa privada. Há também o incentivo da Lei Simon, que é uma portaria que obriga todas as empresas estatais a repassar a cota da Lei Sarney ao CODEC, o que aumentará a verba da cultura do Estado.

Mas, se por um lado estas propostas trazem uma perspectiva de futuro animadora para o museu Hipólito José da Costa, por outro revelam uma situação atual preocupante, que ameaça a memória de todo o processo de desenvolvimento dos meios de comunicação do Estado.

O fascínio de um mundo sob a lona

“A gente esperava pelo circo o ano inteiro. Ansiosamente. Ver a lona se armar nos enchia de fascínio. Amávamos o picadeiro — essa cidade desconhecida, nossos sonhos de guris em ciranda sob as gargalhadas dos palhaços”. Pequenos ou grandes. No interior ou nas metrópoles, apesar e acima dos meios de comunicação e da cultura de massa, o circo e o mito fantástico de seu mundo sob a lona continuam cativando o “respeitável público”.

No final de março, a imensa lona voltou a ser armada — verde e amarela — ao lado do Gigantinho. É o Circo Vostok, que retorna a Porto Alegre para sua segunda temporada, depois de quatro anos de turnês pelo Chile, Uruguai e Argentina. “O público gaúcho é muito receptivo. É sempre um prazer estar aqui com vocês”, confessa Alexandre Vostok, neto de um velho russo que cruzou a Europa e o mar, fugindo da guerra, e veio parar na América como uma imensa família. Quase 50 anos depois, duas novas gerações de Vostok nasceram e cresceram no Brasil — sob a lona de um circo verde-amarelo.

“A turma que hoje arranca

aplausos do público — no trapézio, no globo da morte, nos números com animais — são netos e bisnetos do velho Vostok. Esse pessoal viveu a vida inteira no circo e ama este universo. É raro que alguém abandone o circo. É mais fácil que as pessoas de fora se integrem ao nosso mundo”, conta Alexandre. Ele é o sujeito que entra no picadeiro no início do espetáculo para anunciar as atrações. Cartola, terno bordado brilhante. Tom de voz emocionado. No final de tudo, depois de três horas de apresentação, sob os aplausos de até 3.500 pessoas, é ele quem se despede com o sonoro “Tchaaaau”, marca registrada do Circo Vostok.

“O circo é uma atividade empresarial. Mas é um negócio em que administramos capital e vendemos emoção, a mais autêntica”, sintetiza Alexandre. São homens e mulheres, adultos calejados pela vida, jovens cheios de energia, amantes da arte circense, que nas noites de espetáculo se vestem de palhaço, domador ou acrobata para fascinar crianças e adultos, fazer piada da vida, domar os medos cotidianos e desafiar a lei da gravidade.

Sandra Simon



Eduardo Veras

CULTURA

Imbatível, Homem de Aço faz 50 anos

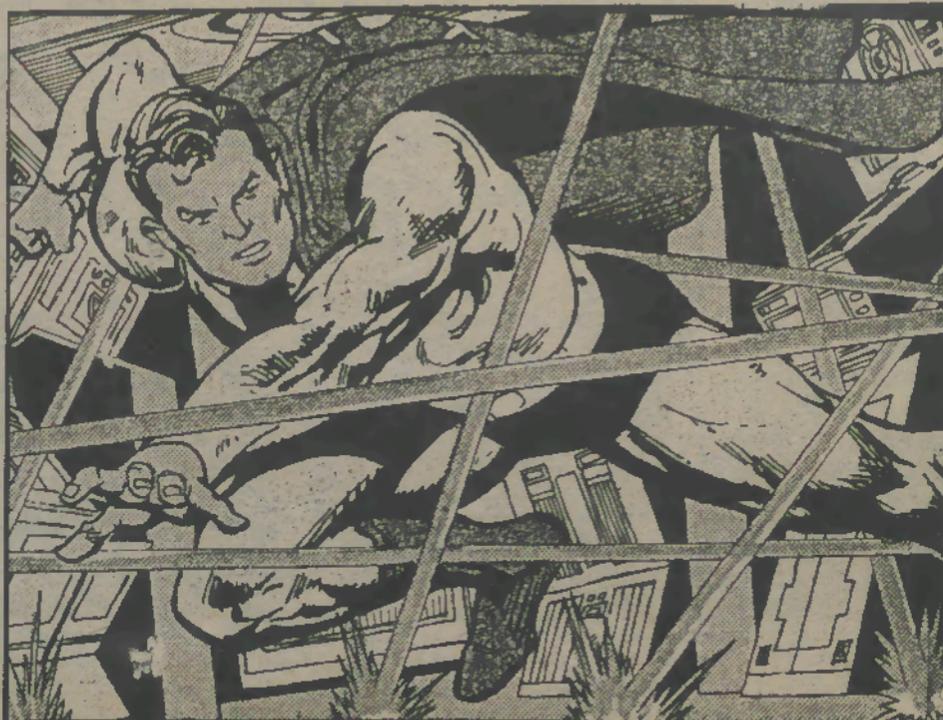
As primeiras dores de um iminente reumatismo, varizes latejando, a vista cansada cedendo à miopia que vai se acentuando, os cabelos negros - com o indefectível cachinho na testa - ficando grisalhos, além da crise da meia-idade, poderiam ser as marcas com que o tempo brindaria um respeitável cidadão americano prestes a completar 50 anos. Seria assim, não fossem dois fatos cruciais: (a) personagens de histórias em quadrinhos (bem como os demais seres míticos da sociedade contemporânea) raramente envelhecem com o passar dos anos; (b) o aniversariante é o homem mais poderoso do universo, mais rápido do que uma bala, mais potente do que uma locomotiva, capaz de saltar os edifícios mais altos apenas com um só pulo (um pássaro? um avião?) ... o Super-Homem.

Desde que foi publicada sua primeira aventura, em abril de 1938, na revista "Action Comics", o Homem de Aço vem lutando ao lado das forças do Bem, arrebatando milhares de fãs por todo o mundo e movimentando a cultura pop internacional. Protótipo do herói mitológico - bem ao gosto das carências iconológicas do nosso tempo -, o Super-Homem pode ser objeto de estudo para Ariel Dorfman e Manuel Jofré, comunicólogos chilenos, ou letra de música da performática Laurie Anderson. E nessa era de Pós-Modernidade não falta quem identifique no herói kriptoniano o "übermensch" (super-homem) idealizado pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche.

A história do Super-Homem é conhecida de todos. Porém, recordemos: ele é o único sobrevivente do planeta Krypton, habitado por seres semelhantes aos terráqueos, contudo mais adiantados tecnológica e espiritualmente, dedicados às artes e às ciências. Foi pouco antes deste éden sucumbir a um cataclisma nuclear que o cientista Jor-El conseguiu por a salvo seu filhinho de dois anos, Kal-El, enviando-o à Terra a bordo de uma cápsula espacial. Nesta nova atmosfera, o menino revelou habilidades prodigiosas, sendo adotado por um casal de velhinhos fazendeiros da cidade de Smallville. Já adulto, em Metrópolis, o Super-Homem convive junto aos pobres mortais sob as falsas vestes e óculos de Clark Kent, um repórter tímido e atrapalhado, eternamente apaixonado pela sua colega do "Daily Planet", Miriam Lane (Lois Lane, no original), que por sua vez perde-se de amor pelo Super-Homem. Apesar disso, tremerá vilões inter-galácticos, ao primeiro pedido de socorro o míope e medroso Kent entrará furtivo numa cabine telefônica e sairá vestido numa malha azul justíssima, com um grande "S" no peito, sunga vermelha e capa também vermelha. O braço erguido, ele ganhará os céus, "para o alto e avante" em defesa dos fracos e oprimidos.

DUALIDADE

"Clark Kent personaliza, de modo bastante típico, o leitor médio torturado por complexos e desprezado pelos seus semelhantes; através de um óbvio processo de identificação, um accountant qualquer de uma cidade norte-americana qualquer nutre secretamente a esperança de que um dia, das vestes da sua atual personalidade, possa florir um super-homem capaz de resgatar anos de mediocridade", observa o semiólogo italiano Umberto Eco no seu "Apocalípticos e



Integrados".

De fato, essa dualidade Kent/Super-Homem, comum/super, está presente desde a origem do personagem. Jerome Siegel era um típico estudante born is U.S.A. feio e magrela, que sonhava com a menina mais bonita da sua turma na High School, quando concebeu um ser que reunisse todos os atributos que ele gostaria de ter. Siegel pediu a seu amigo Joe Shuster que desenhasse o tal Homem de Aço e durante cinco anos eles ofereceram o personagem a editores e distribuidores que se mostravam indiferentes.

Até que, last but not least, um certo J. S. Liebowitz resolveu investir no alienígena de olhos de raio-X e super-audição. Depois de dois meses na "Action Comics Magazine", o Super-Homem já alçava vôos em revista própria. E após dois anos, segundo estatística do McClure Newspaper Syndicate, suas aventuras publicadas em tiras e páginas dominicais tinham mais de 20 milhões de leitores.

Em meio século lutando contra o lado negro da Força, o Super-Homem atuou em dois filmes seriados de 15 episódios cada, cinco longa-metragens, 86 desenhos animados, um seriado de Televisão com 104 episódios, um musical da Broadway, 13 anos de programas radiofônicos e três romances.

Criado aos tempos da política nacionalista do New Deal, o Super-Homem tornou-se uma instituição norte-americana. Durante a Segunda Guerra Mundial, solícito à convocação do Presidente Roosevelt, o Homem de Aço combateu ao lado dos aliados, a tal ponto que Joseph Goebbels, ministro de Propaganda do Governo Nazista, chegou a proferir: "O Super-Homem é judeu!" E na posterior guerra fria, o Homem de Krypton não mediu forças contra a ameaça comunista, salvaguardando a ideologia burguesa e pronto para correr o maquiavélico e arqui-inimigo Lex Luthor e o duende murrinha Mxyzptk. Assim será por mais 50 anos ou até que uma lasca de kriptonita líquida de vez com o nosso herói.

Eduardo Veras

Dúvidas alemãs no museu

Só faltou o muro da vergonha. Desde o dia 16 de março, a produção atual de 40 artistas plásticos berlineses está em exposição no Museu de Arte do Rio Grande do Sul, em comemoração aos 750 anos de Berlim. As tensões e contradições da cidade dividida podem ser captadas em um simples passeio pelas salas do museu. Provavelmente, caminhar pelas ruas da metrópole alemã não seja tão diferente.

A exposição é atualíssima. Organizada em julho do ano passado, reúne o que de mais significativo foi feito por autores das duas Alemanhas na primeira metade da década de 80. Quadros, painéis, instalações e esculturas traduzem as tendências da arte na Europa e rompem definitivamente com os movimentos de vanguarda dos anos 60 e início dos anos 70. Ao contrário dos vanguardistas, que pregavam a renovação total, os alemães hoje mostram uma reflexão racional sobre os rumos da expressão. Tudo já foi feito e não há mais nada que possa ser inventado. Então, o artista recorre a elementos de movimentos passados e acrescenta uma temática atual. Esta é, para alguns críticos, a Pós-Modernidade, mas há quem não concorde e procure outras definições.

Nomenclaturas à parte, a importância temática da exposição é bem maior. A incerteza de viver numa cidade cercada, dividida e dependente do equilíbrio de um intrincado jogo político é o tema principal dos berlineses. Para a professora Icléia Cattani, do Instituto de Artes da UFRGS, a exposição é a expressão clara da vida em uma sociedade em crise. "O que se sente com nitidez é um mundo que parece estar no final, como se o fantasma do fim perseguisse o artista. Os trabalhos transmitem idéia de escuridão, mesmo sendo extremamente coloridos".

DESCRENÇA

Um exemplo típico desta incerteza está na contraposição de dois painéis colocados em paredes opostas da sala principal do museu. Um deles, "A Canção da Guarda II", de Heike Ruschmeyer, mostra em tonalidades escuras uma mulher nua caída na calçada com o pescoço deslocado. Seria impossível traduzir com exatidão a intenção do autor, mas não há quem não leia na tela a escuridão, provavelmente a antevisão de um final violento. Uma visão mais amena, mas não menos descrente, está no painel "Futuro no Presente", do tcheco radicado em Berlim, Geřof Bubenik. O artista mostra um parque onde crianças, adultos, velhos e plantas vivem felizes dentro de redomas de vidro. Uma perspectiva de futuro que, se não é trágica, é no mínimo duvidosa. Ambas as obras foram produzidas entre 1986 e 1987.

As inúmeras facetas de Berlim são retratadas com ampla liberdade de materiais. Na pintura são utilizados desde a tinta plástica até o carvão e, na escultura, madeira e aço fundido são combinados com naturalidade. Uma liberdade artística que não deixa de ser curiosa, porque, ao mesmo tempo que permitiu o surgimento de tendências importantes como o expressionismo e o dadaísmo, parece estar presa à perspectiva do fim. Os próprios temas ecológicos, por exemplo, são explorados com um nítido sentimento de desânimo. Enquanto a bela paisagem é riscada com um xis, os ares estão sempre poluídos e as pessoas ostentam manchas de diversas cores na pele.

Muitos dos artistas que participam da exposição Arte Atual de Berlim já pertenceram a movimentos vanguardistas na década passada e hoje reutilizam elementos de correntes passadas. Uma das características desta nova postura é a volta da representação da figura humana na pintura, o que nos movimentos de vanguarda simplesmente não acontecia. Mas a figura humana não volta com força total, dando lugar a um meio termo entre o figurativo e o abstrato na maioria dos trabalhos. Em algumas obras, o regresso a períodos anteriores - como o Renascimento e o Romantismo, por exemplo - é explícito, com a visão do homem do final do século XX sobre as obras clássicas. O efeito é ao mesmo tempo surpreendente e denunciador.

Edigar Gonçalves Jr.

ARTE ATUAL DE BERLIM



Seguindo os passos de Sílvio Santos

Sílvio Santos já anunciou que vai abandonar o comando do seu programa de todos os domingos no SBT. Com isso, cria-se muita expectativa sobre o futuro de um dos programas de maior audiência da TV brasileira. Será que o substituto de Sílvio Santos, Gugu Liberato, poderá manter o mesmo sucesso?

O certo é que toda essa agitação coloca em evidência os eternos programas de auditório, uma especialidade brasileira. E esse espírito chega a Porto Alegre. Tanto que surgiram nos últimos meses dois programas de auditório: Programa Sérgio Abrahão (apresentado todos os sábados, das 14 às 18 horas na TV Guaíba) e Viva a Gorda (realizado, terça sim, terça não, no Bar Ocidente, mas ainda sem espaço na TV). A diferença básica entre os dois é a de que um é o típico programa de auditório (o do Abrahão) e o outro é uma sátira sobre os programas tradicionais da TV brasileira (Viva a Gorda).

O BOM BREGA

"Não sou político e não estou aqui para resolver os problemas do Brasil. Se os políticos não fazem isso, porque eu devo fazer? Não sou nenhum alienado. O meu programa existe somente para divertir e entreter as pessoas". Desta forma, Sérgio Abrahão define a proposta do seu programa que está no ar desde novembro.

Apesar de possuir um currículo (ex-locutor esportivo em Pelotas, e animador de programas populares nas rádios Itaf, Capital, Gazeta, Farrroupilha e, atualmente na Bandeirantes), Abrahão, 27 anos, planeja ser o sucessor de Sílvio Santos. Ele afirma: "não existe um substituto para o Sílvio Santos. O SBT pagou Cz\$ 5 milhões para o Gugu, não porque ele é bom e sim porque não existe outro. O Chacrinha está com 70 anos e os demais não chamam a atenção. Por isso, estou me lançando.



Lauro Ruitkowski

Apareço num bom espaço e, além do mais, sou um comunicador jovem".

Levando em conta o desempenho do programa na TV Guaíba, esse plano de Abrahão pode ser realizado. O comunicador conta que a idéia era antiga, mas não podia ser realizada pelos altos custos. A partir do momento em que o empresário Amílcar Vidal, ex-produtor de Sílvio Santos, Chacrinha e Bolínia aceitou o convite de produzir o programa aqui no Sul, as coisas ficaram mais fáceis. Amílcar comanda uma equipe formada por dez pessoas, que é responsável pela seleção das atrações e pelos patrocinadores.

E o sucesso do programa é evidente, pelo menos em termos comerciais. No início, havia apenas 2 patrocinadores e agora, em abril, já existem 20, cada um patrocinando um quadro. Além disso, o programa conta com a

renda do Clube da Economia, uma jogada de Sérgio Abrahão Produções. Em convênio com lojas, empresas e bares, o Clube da Economia possibilita descontos aos associados. Abrahão conta que por enquanto existem mil associados e espera que chegue aos 50 mil, o que daria uma arrecadação de 15 milhões. E toda essa receita é necessária, segundo Sérgio Abrahão, porque todo o programa é pago pela produção, a TV Guaíba não participa de nada, só cede os equipamentos e o horário na programação. O comunicador conta que o custo de cada programa semanal é de Cz\$ 1 milhão e além disso paga-se mais Cz\$ 2 milhões mensais à TV Guaíba pelo espaço.

Mas, apesar desse sucesso, em maio, Abrahão deixará a Guaíba e passará para a TV Bandeirantes. Ele está em negociações com João Saad, diretor

da Rede Bandeirantes, para que o programa passe a ser apresentado em rede nacional durante uma noite da semana, no horário nobre.

Entretanto, mesmo mudando de emissora, Abrahão garante que as suas atrações continuarão a ser do tipo Gilliard, João Mineiro e Marciano, Patrick Dimon e outros. Ele afirma que não vai mudar de proposta: "jamais vou ser chique. O Sílvio Santos sempre foi brega e sempre deu certo. Eu sei que sou brega e não vou mudar. O que eu quero é ser brega e ser bom".

O BREGA QUE NÃO É BREGA

E quem nem sonha em tomar o lugar de Sílvio Santos e torcer para ele continuar na TV é a atriz Eliane Steinmetz, animadora do programa Viva

a Gorda, realizado no Bar Ocidente.

Criado para ser um programa de auditório chique, Viva a Gorda é uma sátira sobre os tradicionais programas da TV tipo Hebe Camargo, Sílvio Santos, Xou da Xuxa e Chacrinha. As atrações são todas criadas em cima do que já existe na TV. Além do corpo de jurados e das bailarinas (As Pingüinzetes), existem ainda os quadros "Este é o seu Redentor" (plágio de "Esta é a sua Vida"), "Show de Calouros", "Rambo Brasileiro", "Garoto Ocidente", e a "Porta do Desespero" (versão da "Porta da Felicidade").

A Gorda conta que a idéia de fazer o programa partiu de Fiapo Barth, dono do Ocidente. E a Gorda aceitou logo, pois como sempre diz: "novela e programa de auditório são duas coisas que sempre deram certo no Brasil". Para a produção do Viva a Gorda foram convidados Ivan Matos, diretor geral; Rogério Nazário, diretor de arte; Ana Fonte, produtora executiva; e Ricardo Severo, diretor musical.

A respeito do símbolo do programa - um pingüim -, a Gorda diz que "ele foi escolhido para representar o Viva a Gorda porque, além de ser um símbolo de breguice, ser artista em Porto Alegre é uma tremenda fria. E, acima de tudo, quando eu entro no palco, não sou homem nem mulher, sou um bicho. Então, bicho e fria, deu Pingüim".

Por enquanto, Viva a Gorda é apenas uma atração na noite do Bonfim. Mas logo, ele poderá estar no vídeo de alguma emissora local. Para isso, Luciana Tomasi, Fiapo Barth e Alex Sernambi, estão iniciando a edição dos quatro primeiros programas, para depois fazer uma fita de duas horas. Com isso, em breve, todos poderão conhecer a tradicional saudação da Gorda: "modernas e modernos, beijão, beijão, ano dois mil".

Cléber Grabauska

LEITURAS OBRIGATÓRIAS

O cáustico relato de Samuel Wainer

Às vezes amargo, sempre lícido, entre uma baforada e outra de cigarro, um sujeito se dispõe a falar sobre sua razão de viver. Poderia ser numa mesa de bar. Mas ele preferiu que fosse em livro. E são quase trezentas páginas em que Samuel Wainer abre o jogo, devassando quarenta anos de jornalismo brasileiro.

Uma devassa em que nenhum conceito permanece intacto: Wainer destrói as noções de imparcialidade, isenção, ética profissional, autonomia. À sombra do poder, ele protagoniza e narra alguns dos episódios mais marcantes da história da nossa imprensa entre as décadas de 30 e 60. Uma imprensa controvertida por vocação.

Vocação suicida é o que SW revela ao longo de 53 fitas de depoimento concedido, aos 68 anos, aos jornalistas Sérgio de Souza e Marta Góes. Editado e transformado em livro pelo jornalista Augusto Nunes, este relato virou uma cáustica revelação do que pode ser a imprensa de um país. Sobre tudo se este país for o Brasil. E sobretudo se seu autor for um homem que desconhece a retórica dos hipócritas.

"O livro é massacrante, ninguém se destrói assim", analisou Joel Silveira, repórter pelas mãos de Wainer nos anos 50. Muitos outros contemporâneos de SW, cúmplices do mesmo enredo, consideraram incômoda a franqueza com que ele desnuda os bastidores da imprensa daquela época, sem poupar nem a si próprio.

Época fecunda no jornalismo brasileiro, em que a trajetória da Última Hora, com seus trambiques financeiros, sacadas editoriais, ousadas gráficas são reveladoras de uma transição cujos contornos SW ajudou decisivamente a desenhar. Quem começa a ler *Minha Razão de Viver*, lançado em dezembro pela Record e com seis edições esgotadas, sente um misto de desconforto e prazer ao ver a cara da corrupção mostrada assim tão cruamente - e com nomes por vezes bem conhecidos, contemporâneos o bastante para ainda circularem nos palácios e esplanadas das capitais do país. E depois de se ler o livro fica impossível manusear um jornal sem sentir, misturado ao cheiro de tinta, o bafo sacana do poder.

Sandra Simon

Nas entrelinhas, a leitura real

Estudante de comunicação deveria ser um cara que cultivava alguns hábitos meio insólitos, como por exemplo, procurar obsessivamente a leitura das entrelinhas. Hábito menos estranho poderia ser o de bisbilhotar nas bancas de revistas atrás das novidades do mercado editorial de periódicos. E foram os aficionados deste último hobby que tiveram em setembro do ano passado a surpresa de encontrar entre as publicações do mês um novo título.

A revista *Imprensa* parece acertar em seu primeiro número: na reportagem de capa, uma das mais controvertidas questões relativas à comunicação - a credibilidade. No editorial de estréia, os editores Dante Matiusi, Manoel Canabarro e Paulo Markun esclareciam a que vinha a revista: "valorizar esta combatida instituição (a Imprensa) ... e ser os olhos dos olhos da nação". Olhos de que se deve desconfiar, ouso sugerir ao público alvo definido já no primeiro número: jornalistas, empresários de comunicação, relações públicas, publicitários e universitários, futuros profissionais.

Em maio, chega às bancas o oitavo número

da revista, que amadureceu depressa, mas tem lá seus vícios: um certo oficialismo, por exemplo. Uma vocação para ouvir a "grande Imprensa" como fonte principal. Tudo bem, é interessante (fundamental, mesmo) conhecer os meandros dos grandes jornais, as controvertidas questões sucessórias nas seculares empresas familiares. É válido fazer o registro do que pensam ou deixam de pensar os medalhões do jornalismo brasileiro.

Mas e a Imprensa operária, narrow, alternativa? A questão da manipulação das informações? A tendência nacional ao mono ou oligopólio da comunicação? As concessões de canais de rádio e televisão a cada Ribamar deste sertão? E a lama que circunda a grande Imprensa? E o problema salarial dos jornalistas? E inúmeras outras questões a serem levantadas - serão menos pertinentes do que a tietagem de que são vítimas os apresentadores de televisão?

Passa por aí, a necessidade de desconfiar sempre, e manter os olhos bem abertos. Pode estar nas entrelinhas a verdadeira leitura.

Sandra Simon

